

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS/FE
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL INTEGRADA A EDUCAÇÃO BÁSICA NA
MODALIDADE DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

**PROEJA:
FORMAÇÃO CONTINUADA E CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES NO
IFG CAMPUS GOIÂNIA DE 2006 A 2009**

MARIA APARECIDA MARTIM PEREIRA

**GOIÂNIA
AGOSTO DE 2009**

MARIA APARECIDA MARTIM PEREIRA

**PROEJA:
FORMAÇÃO CONTINUADA E CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES NO
IFG CAMPUS GOIÂNIA DE 2006 A 2009**

Monografia apresentada ao programa de Pós-Graduação *Lato sensu* do Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás/CEFET/GO em parceria com a FE/UFG, como exigência parcial para obtenção do Título de Especialista em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, sob a orientação do Professor Ms: Sebastião Cláudio Barbosa

GOIÂNIA
2009

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS/FE
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL INTEGRADA A EDUCAÇÃO BÁSICA NA
MODALIDADE DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

MARIA APARECIDA MARTIM PEREIRA

PROEJA:
FORMAÇÃO CONTINUADA E CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES
NO IFG CAMPUS GOIÂNIA DE 2006 A 2009

Aprovado em: _____

Nota: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Orientador Ms Sebastião Cláudio Barbosa
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE GOIÁS/ UFG-FE

Prof. Ms Jaqueline Maria B. Vitorette
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE GOIÁS/ UFG-FE

Prof. Dr. Cleito Pereira dos Santos
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE GOIÁS/ UFG-FE

GOIÂNIA
AGOSTO DE 2009

EU QUERO APENAS...

Eu quero crer na paz do futuro, eu quero ter um quintal sem muro quero o meu filho pisando firme, cantando alto, sorrindo... Quero levar o meu canto amigo a qualquer amigo que precisar

Roberto Carlos

AGRADECIMENTOS

Tenho muito a agradecer, primeiramente a Deus que está presente em minha vida, em todos os momentos, nas horas certas e incertas. É a ELE que recorro nos momentos de aflição e que, de uma forma ou de outra, me sinaliza com seu conforto infalível, proporcionando-me condições necessárias para a realização desse ideal. Aos colegas, com quem convivi dezesseis horas a cada quinzena dos trezentos e sessenta e cinco dias dos anos de 2007 e 2008, meu muito obrigada, por me fazer compreender que, mesmo por trás de um tímido olhar, um gesto alheio, ou um quase sorriso é que surge o espírito solidário entre os homens.

Expresso minha profunda reverência aos meus mais íntimos e sinceros amigos, em especial ao que descobri por força do destino, juntos, afins para um mesmo caminhar, testemunhamos a dor e a alegria, mas partilhamos a felicidade de uma batalha não solitária. Muitas vezes víamos o brilho do sol, quando já estava se pondo, outras, apenas o cheiro da chuva. Nas tardes de agosto, um intenso calor, nos dias mais frios, um chá para esquentar, um leve espreguiçar e uma conversa para relaxar!!! Respirar e...recomeçar!!!

Aos mestres, a todos, meu respeito e carinho!!! Li que existem pessoas que apenas passam em nossa vida, e logo vão embora, outros que chegam e ficam somente o tempo necessário para o equilíbrio de um ou do outro. E, ainda, existem aquelas que vêm para nunca mais sair, mesmo que se vão fisicamente, sua essência ficará para sempre em nossa memória.

Foram onze mestres, como um time de futebol, se fossem doze, talvez pudesse compará-los à Santa Ceia... Não importa o jeito particular que cada um tinha de se expressar, mas deixaram saudades e, com certeza, deles guardarei somente doces lembranças. Minha sincera gratidão aos meus chefes e colegas que proporcionaram a flexibilidade de horário e apoio necessários para que eu pudesse cumprir essa missão. A todos os entrevistados, respeitosamente, agradeço pela paciência e o valioso tempo dispensado a participar desse estudo, principalmente, ao MEC/SECTEC por acreditar que a formação continuada de educadores é um instrumento que promove mudança e implica na qualidade do processo de ensino-aprendizagem do profissional da educação.

Espero que a palavra gratidão consiga expressar meu sentimento em relação ao meu orientador Prof. Ms. Sebastião Cláudio Barbosa que, por muitas vezes, me conduziu pela mão e me apontou caminhos. Sua cordialidade me possibilitou atravessar desertos estranhos e, por vezes, áridos, mas necessários.

RESUMO

A finalidade desse trabalho é expor sobre a importância da especialização em PROEJA como formação continuada, como processo de capacitação para os profissionais da educação da rede pública de ensino, para atuarem como docentes e multiplicadores dessa nova modalidade. Compreender os desafios surgidos no decorrer do curso e como se dá a superação dos mesmos por alunos e professores. E por fim, verificar a importância de futuras especializações com caráter de formação continuada permanente para profissionais da educação da rede pública de ensino do Estado de Goiás nas esferas federal, estadual e municipal, no IFG campus de Goiânia. Para isso, foram realizados estudos bibliográficos e coleta de dados por meio de questionário. A análise dos dados coletados suscitou pontos relevantes sobre a importância da especialização como formação continuada, capacitação de professores, ofertada pelo CEFET-GO/UFG/FE, no período de 2006 a 2009. As barreiras mais significativas vivenciadas no curso foram: a) a falta de estrutura da grade curricular do curso de especialização em PROEJA, em relação ao cumprimento do programa. Isto porque, os alunos vinham de uma jornada de trabalho extensa e enfrentavam uma sobrecarga de trabalho no momento de realizar as atividades presenciais e não-presenciais; b) distanciamento entre as aulas teóricas e práticas em relação à sistematização do conhecimento no decorrer do processo avaliativo. Diante de tais barreiras, surgiam propostas e sugestões para tratar cada dificuldade encontrada. Essas reflexões resultaram em aprendizado para processos futuros nos quais, teoria e prática são indissociáveis para a construção do conhecimento. Vale ressaltar, ainda, que, os dados apontaram essa especialização como instrumento de fundamental importância para o crescimento profissional, expressando dessa forma, o interesse pela reedição do curso em caráter de formação continuada permanente.

Palavras-chave: Capacitação; especialização; PROEJA; profissionais, educação; formação continuada permanente.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	08
Capítulo I: A EJA E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: ONTEM E HOJE	10
1.1. Processo histórico da educação brasileira: breve caminhar rumo ao século XXI.....	10
1.2. A influência dos movimentos sociais no processo educativo.....	15
1.3. EJA e Educação Profissional – carência de políticas públicas perenes.....	19
1.4. PROEJA - Educação como princípio fundante de integração.....	21
1.5. Educação como possibilidade de universalização.....	24
1.6. O trabalho e a formação humana.....	27
Capítulo II: EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA: TECENDO NOVOS CAMINHOS	34
2.1. O PROEJA e a real perspectiva da capacitação de professores no IFGo.....	34
2.2. A necessidade da formação continuada e a importância das leis que a regulamentam.....	35
2.3. A especialização em PROEJA como processo de capacitação permanente dos profissionais da educação da rede pública de ensino.....	39
2.4. Formação Integrada - superação da educação dualista: possibilidades e desafios na organização curricular da escola.....	44
2.5. Experiências vivenciadas pelos discentes durante a realização do curso de especialização em PROEJA no CEFET-GO.....	47
Capítulo III: FORMAÇÃO CONTINUADA PERMANENTE DE EDUCADORES	53
3.1. Horizontes rumo à efetivação da formação continuada.....	53
3.2. CEFET: Especialização em PROEJA – metodologia, análise e relevância.....	55
3.3. PROEJA - capacitação de educadores: experiências, expectativas e superação.....	59
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	72
6. ANEXOS	78

APRESENTAÇÃO


O objetivo deste trabalho foi apresentar alguns aspectos relevantes sobre a Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. Pretendeu verificar se a referida especialização poderia assumir um caráter de formação continuada, enquanto capacitação de professores, no IFG campus de Goiânia. E ainda, compreender a importância dessa formação continuada como processo de capacitação permanente na medida em que fosse reeditada para os profissionais da educação da rede pública de ensino para atuarem como docentes nessa nova modalidade.

Portanto, a intenção foi mostrar como tem sido estabelecidas as relações entre formação e atuação profissional dos participantes da especialização em PROEJA, tanto do grupo de alunos da especialização ofertada pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas – CEFET/MG, como dos atuais alunos da especialização do IFG/FE - UFG, com vistas à avaliação, reestruturação e permanência da especialização em PROEJA, como processo de formação continuada, capacitação de professores no IFG campos de Goiânia.

Até o momento foram ofertadas duas especializações, a primeira, ministrada pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas – CEFET/MG. O cronograma de atividades dessa primeira especialização compreende como início, novembro de 2006 e término junho de 2008. A segunda especialização foi ofertada pelo CEFET/GO (Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás) - em parceria com a Universidade Federal de Goiás – UFG – Faculdade de Educação - FE, o cronograma de atividades proposto compreende como início do curso, dia 16 de novembro de 2007 com término previsto para agosto de 2009.

Além disso, foram considerados como dados da pesquisa indagações e comentários de colegas do curso a respeito das dificuldades em conciliar o tempo disponibilizado para a realização das atividades durante as aulas presenciais e os desafios em realizar, nesse mesmo tempo as atividades não-presenciais, devido à extensão do cronograma. Esse esforço concentrava-se no sentido de cumprir o programa da especialização em PROEJA. A partir desse questionamento surgiu outro dado relevante e possível de ser analisado, uma vez que todos esses elementos devem ser considerados como feedback fundamental para o sucesso na estruturação ou reestruturação do curso.

A proposta de realização deste trabalho de pesquisa surgiu a partir da percepção de algumas manifestações, observações e debates expressos e contidos tanto na fala dos alunos



da primeira, quanto na fala dos alunos da segunda turma da Especialização. Os debates ocorridos em sala de aula reafirmaram a relevância de verificar a viabilidade de futuras especializações com caráter de formação continuada permanente, como processo de capacitação de profissionais da rede pública de ensino, das esferas federal, estadual e municipal. Isso porque, percebeu-se que, diante da proposta de implantação da modalidade PROEJA, houve preocupação e interesse de grupos de alunos das duas especializações em disseminar aos demais profissionais da educação a importância de conhecer, antes de tudo, os princípios norteadores do PROEJA. Assim, posteriormente, estariam mais bem preparados para lidar com a implantação, bem como, para atuarem, diretamente, como docentes na nova modalidade de ensino – PROEJA.

Além disso, faz parte do desenvolvimento da pesquisa uma análise de dados informativos coletados por meio de questionário elaborado e aplicado junto aos participantes das mencionadas especializações. A partir dos dados fornecidos pelas respostas obtidas dos alunos das duas Especializações em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA é que se deu o processo de estruturação da pesquisa por meio da análise por amostragem. Ciavatta, Machado, Freire dentre outros compôs o referencial bibliográfica desse trabalho.

Esse trabalho está estruturado em três capítulos. O capítulo I trata do contexto histórico brasileiro e o processo de estruturação educacional, desde o início do séc. XX até o século XXI, fazendo uma reflexão sobre as novas concepções em que a Educação é entendida como processo educativo para a vida e para o trabalho.

O Capítulo II aborda a formação continuada e a perspectiva da continuidade dessa capacitação de forma permanente para os profissionais da educação da rede pública de ensino, contemplando, ainda, experiências e expectativas vivenciadas durante a especialização em PROEJA no CEFET-GO/IFG.

O Capítulo III discute a necessidade da formação continuada permanente de educadores e seus horizontes, sobretudo, a especialização em PROEJA no CEFET-GO/IFG, considerando experiências, expectativas, análise, relevância e superação, em parte, dos desafios surgidos no decorrer da especialização em PROEJA, como processo de capacitação dos profissionais da Educação.

Espera-se que as informações contidas nas páginas desse texto, sejam capazes de atender, em parte, às expectativas dos que visam compreender um pouco mais sobre o processo de aperfeiçoamento dos profissionais da Educação, ofertado pelo IFG.



Capítulo I

A EJA E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: ONTEM E HOJE

1.1. Processo histórico da educação brasileira: breve caminhar rumo ao século XXI

Para compor a fundamentação desse trabalho, apresenta-se uma síntese do resgate histórico de algumas concepções e princípios da Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional.

Discorreremos sobre educação, trabalho e a necessidade da oferta de uma educação que integre as modalidades de Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional, principalmente, no atual contexto dos séculos XX e XXI, ditado pelas regras do capitalismo neoliberal que impõem constantes mudanças tecnológicas no setor produtivo e, conseqüentemente, na vida social.

Segundo Libâneo, (2003, p. 262) entende-se que “a Educação Profissional deve estar integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia e visa ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva”. Diante disso, a Educação Profissional surgiu da necessidade de atender o jovem a partir dos dezesseis anos, idade mínima exigida, para ser inserido no mercado de trabalho. Essa modalidade de educação também é ofertada ao adulto que necessita ser qualificado ou requalificado, para que possa manter-se, reinsserir-se e responder às exigências e as demandas promovidas pelo atual mercado de trabalho, regido pelo mundo do Capital.

No entanto, a formação profissional deve assegurar ao indivíduo, antes de tudo, a formação para o exercício da cidadania, assim, conseqüentemente, estará preparando esse indivíduo para assumir e integrar-se ao mercado de trabalho de forma crítica. E levá-lo a compreender que não é necessário submeter-se às normas do mercado e que sua autonomia se constitui por meio da ação-reação do sujeito.

A proposta da modalidade de educação profissional no processo ensino-aprendizagem é promover a interação da teoria com a prática. Para tanto, essa modalidade de educação demanda estratégias variadas que possibilitem ao cidadão a efetiva construção do conhecimento, por meio do desenvolvimento de habilidades e atitudes. Busca atender às necessidades impostas pelas constantes mudanças de paradigmas, tanto no campo tecnológico

mercadológico, como no científico, bem como no sentido de superar a dualidade entre trabalho manual e intelectual.

A Constituição Federal Brasileira de 1988 e a LDB 9.394/96 determinam a extensão da obrigatoriedade e da gratuidade da Educação Básica até o Ensino Médio a todos os brasileiros. Nesse contexto, a Educação Profissional em articulação com a Educação Básica, passa a desenvolver uma educação de natureza geral. Ela é articulada com os processos produtivos como forma de garantir a formação integral do cidadão.

Essa modalidade de formação integrada tem como objetivo desenvolver valores, competências e habilidades necessárias à integração do projeto de vida do sujeito ao projeto da sociedade em que estiver inserido. Visa à preparação e orientação básica para o cidadão e sua integração no mundo do trabalho com competências e habilidades que favoreçam seu aprimoramento profissional e pessoal, permitindo o acompanhamento das mudanças que caracterizam a produção de nosso tempo e, também, o desenvolvimento de competências para a continuidade do aprendizado, de forma autônoma e crítica, em níveis mais complexos de estudos.

Para a garantia dessa educação integral por meio da Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional é necessário um projeto que possa romper com os paradigmas tradicionais. Assim, “aprender a aprender” coloca-se como competência fundamental para a inserção numa dinâmica social que se reestrutura continuamente. A perspectiva é, pois, desenvolver meios para uma aprendizagem permanente que permita a formação inicial e continuada de trabalhadores, tendo em vista a construção da cidadania.

É nessa perspectiva que surge no contexto brasileiro dos séculos XX e XXI, a recorrente necessidade da oferta de uma educação que aproxime as modalidades de Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional, para superar as diferenças sociais, políticas e econômicas, ditadas pelas regras do capitalismo neoliberal.

Diante dessas demandas, compreende-se que a substituição da mão de obra por máquina não resultaria na melhoria da qualidade de vida do trabalhador e, tampouco, na produtividade de seu trabalho. Para que esse trabalhador tenha êxito, no contexto pessoal e profissional, seria necessário que houvesse investimento na formação humana integral e, conseqüentemente, na capacitação profissional.

Historicamente, a Educação Brasileira não tem sido apresentada como um projeto de política pública, a fim de disseminar o conhecimento, a igualdade e a liberdade entre todos os indivíduos, mas sim, como “produto de luxo”, cujo acesso era permitido somente àqueles que pertenciam às “elites”. O crescente ordenamento econômico, os inúmeros problemas sociais e

a indiferença pela disseminação da cultura se tornaram reflexos na herança educacional deixada ao povo brasileiro. E, até hoje, esse povo carrega como estigma o analfabetismo e a discriminação pelo fato de pertencer às várias descendências: negra, indígena, dentre outras.

É importante lembrar que, atualmente, a Constituição Brasileira de 1988 prioriza e garante a oferta da Educação Fundamental, enquanto em 1759 a atenção era dispensada, basicamente, ao Ensino Superior. Nessa analogia, percebe-se que houve uma inversão quanto ao investimento do poder público no ensino superior, a partir segunda metade do século XVIII. Isto porque não havia uma lei que regulamentasse ou assegurasse ao povo o direito e o acesso à Educação. Outro fator interessante é que os filhos dos senhores de engenho tinham, basicamente, acesso garantido aos estudos fora das províncias brasileiras, de preferência em Coimbra (Portugal), onde os cursos de Direito e Medicina eram os mais frequentados por essa elite. Pois, além de denotar *status*, significava ascensão social na época e perpetua-se até hoje, como os cursos mais cotados pela “elite” nas universidades brasileiras.

Nesse sentido, Saviani (2003, p.6) acredita que até os dias atuais, apesar das mudanças ocorridas, ainda, há uma diferenciação hierarquizante entre o trabalho manual e o intelectual. O trabalho artesanal, às vezes, é considerado, por muitos, como uma terapia praticada por indivíduos com *stress*, ou receitado a quem pretende passar o tempo. Talvez seja por este motivo que as pessoas desconsideram o valor empreendido no labor do ofício manual. Um aspecto interessante que, acreditamos, possa estar provocando mudanças na postura dos indivíduos quanto ao trabalho manual, tem a ver com a crítica ao histórico do processo de degradação do meio ambiente que, atualmente, gera uma luta constante pela preservação da fauna, flora e a restauração do equilíbrio do planeta.

Neste sentido, percebe-se que o trabalho manual tem sido de grande valia. As pessoas estão apropriando-se, cada vez mais, de recursos naturais e utilizando técnicas artesanais de maneira primitiva na confecção de produtos, no sentido de resgatar e preservar a identidade cultural e, principalmente, a produção artesanal. A esse respeito acrescenta que:

O capitalismo superou o trabalho artesanal, que só subsiste na nossa sociedade na forma folclórica, como uma curiosidade preservada em termos de um registro cultural, mas não como o modo de ser do trabalho produtivo social. O artesanato não tem condições de competir com a indústria moderna, que envolve a produção em escala, a incorporação de técnicas mais avançadas e, por isto, mais econômicas. Os custos da produção industrial são muito inferiores aos da artesanal. (SAVIANI, 2003, p. 6-7)

Enquanto isso, o trabalho intelectual, desde o império, esteve voltado mais para as classes dominantes e, ainda hoje, é objeto de desejo daqueles que sonham abraçar, como

profissão, a Medicina, o Direito ou outros cursos “elitizados”. Nota-se que existe um diferencial, quando se fala em profissões relativas à intelectualidade. Esse diferencial é o reflexo da herança de uma educação dualista e fragmentada, que contemplava dois tipos de formação. O ensino preponderantemente, voltado para o trabalho manual, ofertado às massas, e um ensino para a formação do trabalho intelectual, que Ciavata (2005, p.85) define como: “(...) o ser humano dividido historicamente pela divisão social do trabalho entre ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar”. Mesmo diante de propostas que venham mudar significativamente a história da educação brasileira, com vistas à superação de uma formação incompleta, devemos lembrar que ainda estamos em nível de propostas. Enquanto isso, percebe-se que os cursos de Medicina e Direito, continuam mantendo grandes barreiras, quanto à oportunidade de acesso.

Diante disso, durante o Estado Novo (1937-1945), os processos de ensino eram sistemáticos e regulamentados com formação padronizada de grande número de jovens como forma de difusão do ensino primário, desenvolvido, em geral, em escolas ou centros de formação especializados para que o jovem pudesse ocupar um posto de trabalho. Em decorrência do constante aumento da população das cidades era preciso ofertar às classes proletárias meios de vencer as dificuldades. Desse embate, percebe-se uma forte necessidade de habilitar os filhos de pessoas de classe média e baixa com o preparo técnico, intelectual e hábitos de trabalho, afastando-os da ociosidade e da ignorância. A esse respeito Manfredi afirma que:

A política educacional do Estado Novo legitimou a separação entre trabalho manual e o intelectual, erigindo uma arquitetura educacional que ressaltava a sintonia entre a divisão social do trabalho e a estrutura da escola, isto é, um ensino secundário destinado às elites condutoras e os ramos profissionais do ensino médio destinados às classes menos favorecidas. (MANFREDI 2002, p. 95).

Nesse contexto, surge a escola profissionalizante para atender o crescimento urbano-industrial, as grandes estatais, indústrias e fábricas, que precisavam de mão de obra qualificada. Diante da profissionalização, a classe trabalhadora sentiu necessidade de se organizar para legitimar seus direitos promovendo inúmeros protestos.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) ganha expressão com a Constituição Federal de 1934, pois, com ela, firma-se a obrigatoriedade do Estado direcionada ao Ensino Primário integral, gratuito e com frequência obrigatória, também, para os adultos. Após 1940, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) começou a delinear as suas ideias e consolidou as leis e as iniciativas renovadas, visando a uma educação para todos os adolescentes e adultos analfabetos.

Dessa forma, foram estruturadas Campanhas que visavam alfabetizar os adultos, cuja finalidade era aumentar o colégio eleitoral e o preparo da mão de obra. Em 1942, por meio do Decreto Nº 19.513, foi criado o Fundo Nacional de Ensino Primário que marcou o início da institucionalização da educação de adultos pela união.

Em decorrência do crescimento industrial, aconteceram as reformas no Ensino Primário e Médio e, conseqüentemente, a promulgação das Leis Orgânicas que regulamentavam o ensino técnico profissional. A fim de organizar a economia, o governo federal transfere a responsabilidade da qualificação dos trabalhadores, do Estado para os empresários. Para isso, o Ministério do Trabalho – MT e o Ministério da Educação - MEC autorizam a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) em 1942 e, posteriormente, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) em 1946, para atender a população urbana. Mais tarde, criado pela Lei 8.315, em 23 de dezembro de 1991, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), movimento voltado para a aprendizagem rural. (Ventura, 1997, p.3-4).

Assim, no período de 1960 a 1981 as ideias revolucionárias estabeleceram confrontos ideológicos no âmbito da Educação Libertadora e Educação Profissional. Nessa mesma época, destacam-se os segmentos dos setores progressistas da Igreja. Paulo Freire surge como divisor de águas e contribui de forma decisiva para o surgimento de uma postura educacional no processo de alfabetização popular. É nesse contexto que acontece, também, debates no sentido de implantar a EJA e a Educação Profissional no Brasil. (Ventura, 1997, p. 9-10).

Inúmeras Campanhas e programas de alfabetização foram desenvolvidos no período de 1952 a 1970. Percebia-se uma enorme expectativa em implantar uma educação de base que atendesse às necessidades de jovens e adultos e pudesse inseri-los no processo educacional para a construção de uma sociedade mais justa. Dentre as campanhas, tivemos “De pé no chão também se aprende a ler”, Movimento de Educação de Base (MEB), pós-ditadura civil-militar surgiu a “Cruzada Ação Básica Cristã” (Cruzada ABC) e o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), seguido pelo Plano Nacional de Formação Profissional (PLANFOR), e por, último, o Supletivo.

Este último tem caráter de suplência, ou seja, propõe, em pouco tempo, agregar conhecimentos mínimos aos que necessitavam de uma qualificação para o trabalho. Apesar de tais iniciativas terem sido submetidas ao Golpe Militar (1964), elas foram importantes, pois abriram caminho para uma nova visão da Educação Brasileira. A temática sobre qualificação para o trabalho ressurgiu na discussão de Acácia Kuenzer, intitulado Pedagogia da Fábrica (1984), a partir da hipótese, a autora acredita que a forma de organização do trabalho na

fábrica poderia conter um projeto pedagógico, assim, passa a investigar como a fábrica capitalista educa o trabalhador.

Kuenzer (1987, p. 23), expõe que “o trabalho deve ser compreendido como determinante ao mesmo tempo, de educação, de qualificação e desqualificação do trabalhador”. Nesse sentido, percebe-se que a educação pode estar a favor do trabalhador quando ofertada como forma de superação da condição social, para isso, é necessária uma educação de qualidade que prepara o sujeito para uma formação completa em que possa refletir sobre sua condição humana. É dessa educação, percebida de forma integrada, que se configura uma qualificação emancipatória para o trabalhador.

Em contrapartida, a educação, voltada apenas para a aprendizagem operacional, conseqüentemente, condiciona o sujeito a uma formação para o trabalho manual separado do intelectual. Essa “qualificação”, gradativamente, se tornará uma desqualificação. Assim, somente o modelo de educação tradicionalista de formação dualista é de interesse do patronato, em conformidade com os processos produtivos. A partir das considerações da autora percebe-se um jogo que se transforma em estratégia, compostas de relações, não apenas na divisão social, como, também, na técnica da fundamentação do trabalho.

Diante da perspectiva de uma escola unitária¹, lança-se o desafio no sentido de pensar uma nova forma de organização de conteúdo, do conhecimento, em que se possa sistematizar e divulgar um novo saber que emana da classe subalterna, descontaminado, que não reproduza o saber dominante.

1.2. A influência dos movimentos sociais no processo educativo

A história dos movimentos sociais revela ações conjuntas, a fim de melhorar as condições de trabalho, salário, educação e política. Essas ações acontecem tanto no movimento social tradicional, quanto no novo movimento social, principalmente, nas relações econômicas. Segundo Clímaco (2007 p. 9), a sociedade é contraditória porque ela tem interesses diferentes, opostos, por isso, são conflitantes. Nesse contexto, as classes sociais se relacionam, associam-se como uma relação de força. E, com a educação, não é diferente,

¹ A escola de Gramsci é simultaneamente única e unitária. Ela é **única** do ponto de vista das pessoas que a frequentariam, as quais seriam de todas as classes sociais, e é **unitária** do ponto de vista do conhecimento nela transmitido, o qual não faz mais uma separação entre a formação para o trabalho e a formação intelectual clássica.

percebe-se que, desde os primórdios, as classes dominantes utilizam-se dela como instrumento de dominação.


Por sua origem, a educação também é conservadora e reproduz ações que interessam aos dominadores, mas esta mesma educação pode ser classificada e entendida como elemento de libertação. Assim, através do conhecimento, o homem se expande na busca da compreensão do mundo, de si e para o mundo, constituindo-se sujeito de sua própria história.

De acordo com a percepção do processo histórico na contemporaneidade, as classes proletárias sempre foram alvo do domínio das elites. Mas resistem a este domínio por meio dos movimentos sociais. A esse respeito, Clímaco (2007, p.12-14) aponta que as principais diferenças entre movimentos sociais tradicionais e os novos movimentos sociais, residem nas características que enfatizam as discussões sobre a educação e as faces sindical e acadêmica.

Para a autora, quanto mais avançado é o processo de democratização de um país, menos acontecem movimentos sociais populares. Essas mudanças no comportamento da sociedade enfraquecem as lutas pelos direitos e igualdade, conseqüentemente, a educação é atingida por esses reflexos e perde, progressivamente, seu referencial de entidade reflexiva. Ao estabelecer a ordem, subentende-se que não há nada a ser questionado e nem para se conquistar, o resultado desse processo é a supressão e decadência da luta da classe popular por seus direitos. No caso dos movimentos sociais brasileiros, em especial os que surgiram no final dos anos 70, considera-se a especificidade do contexto da época, marcada por um regime autoritário em lenta decadência e a exclusão político-econômico-social de grande parte da população.

Em 1964, com o início da ditadura militar, os movimentos sociais (sindicatos, associações, movimentos estudantis, organizações partidárias) foram combatidos e suas lideranças foram perseguidas, afastadas, presas, mortas ou exiladas, por defenderem seus ideais. Sobreviveram oficialmente os movimentos sindicais e os partidos políticos, reorganizados em apenas duas legendas. Mesmo submetidos a severas repreensões, os trabalhadores foram descobrindo, ao longo da década de 1970, novas formas de resistência ao autoritarismo, sendo que as manifestações mais visíveis foram as dos metalúrgicos do ABC Paulista. Em 1979/1980, foram elas que serviram de referência para a eclosão de outras manifestações de trabalhadores em várias partes do país, em especial para os movimentos dos professores. Podemos citar, também, como outro movimento relevante nos anos 80, 90 e até os anos atuais o Movimento dos Sem-terra (MST).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra tem sido uma importante forma de luta em prol da conquista dos direitos pela terra. O MST nasceu das lutas concretas dos




trabalhadores rurais que, por meio de confrontos com o latifúndio, foram desenvolvendo, inicialmente de maneira isolada, na região Sul, no final da década de 70, fortes manifestos pela conquista da terra. O movimento ganhou forças a partir do contexto político de abertura política, pós-regime militar, em que o capitalismo nacional não conseguia mais aliviar as contradições existentes com o avanço em direção ao campo. Concentração da terra, expulsão dos pobres da área rural e modernização da agricultura persistiam. Nesse contexto, surgem várias lutas que, aos poucos, foram se articulando. Dessa articulação se delineou e se estruturou o Movimento Sem Terra, tendo como matriz o acampamento da Encruzilhada Natalino, em Ronda Alta (RS), e o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná (Mastro).

Compreende-se, então, que, mais do que nunca são necessários à fomentação e o interesse em manter vivo o perfil dos movimentos sociais, ainda que esses movimentos sejam sutis, em relação à realização de grandes mobilizações populares (greves, assembleias, passeatas, discursos e outros). Precisam ser atuantes no sentido de promover e viabilizar o cumprimento do que determinam as leis, em favor dos menos favorecidos. Os movimentos devem estar sempre atentos para que a elite não fique tão “à vontade” nas suas práticas autoritárias, visando somente ao interesse próprio.

Laurell (2002, p.155 – 156), procura mostrar a contradição entre dois mundos De um lado, o das “elites”, articulado, se organiza como grupo de intelectuais orgânicos, deliberam, tomam decisões e viabilizam projetos, ou seja, se posicionam como os “detentores do conhecimento”. Elaboram regras e normas que delimitam as ações de poder em favor de suas próprias classes. Do outro lado, o “proletariado”, desprovido de organismos que o ampare ante às questões sociais e políticas.

Desse modo, podemos dizer que as políticas públicas não funcionam, porque são elaboradas pelos representantes das classes no poder que, conseqüentemente, não estão interessados em estruturar programas viáveis e voltados para atender às necessidades das classes menos favorecidas. Quanto menos resolver os problemas de ordem social, mais poder será exercido sobre as classes proletárias, subalternas, assim, as “elites” consideram que quanto menos efetivação de instrumentos que dão condições de dignidade ao povo, menor é o risco de perder o domínio.

Portanto, na ideologia capitalista neoliberal, fica exposto que não é de caráter do Estado desenvolver, com presteza e justiça, projetos capazes de ,efetivamente, resolver os problemas sociais, uma vez que o combate à fome, ao analfabetismo, ao desemprego, dentre outros, seria decretar a liberdade à classe proletária.



De sorte que a manutenção do sistema hierárquico é uma forma de manter a dominação e, para isto, a burguesia, representando o “bloco no poder”, continua se organizando no intuito de reforçar e garantir o crescimento e o investimento. Essa manutenção do sistema faz surgir, então, a articulação do mercado/capital com grande poder de manipulação da classe proletária e subserviente, pois sabem que a “fragilidade” dessa classe reside na desassistência de seus direitos sociais.

Conclusão: os cidadãos têm direitos, mas o Estado entende que deve ofertar o mínimo desses direitos, exemplo disso; é a condição à educação, moradia, alimentação, saúde, emprego e renda, ficando à margem da dignidade humana e dependente de projetos que basicamente não resolvem o estado de pobreza da maioria da nação. Mas, é esta mesma classe, detentora da mão de obra barata que, cada vez mais explorada pelos donos do capital, colabora com a construção e o enriquecimento do país que, em última instância, lhe vira as costas.

Oliveira (2003, p. 76), em seu pensamento, acredita “que tal processo de exclusão permeia o mundo todo, todas as nações, porém, somente as mais pobres sofrem com as mudanças do mercado/capital”. Essa mentalidade precisava ser mudada por meio da concretização da perenidade de políticas públicas elaboradas diretamente para atender a demanda social e, dessa forma, superar a desigualdade entre os indivíduos. No intuito de amenizar essa desigualdade, surgiu a Educação de Jovens e Adultos, e suas origens revelam que, a partir dos acontecimentos econômicos, sociais, políticos e culturais, as conquistas foram surgindo, gradativamente, isso, devido aos movimentos sociais e também a partir das relações nas quais está inserido o trabalhador, associado ao contexto escolar.

Arroyo (1999, p. 14-15), acredita que é na escola, através dos rituais e práticas educativas, formativas ou deformativas do controle disciplinar, do “adestramento”, que os educandos, são previamente, preparados para conformar-se com a submissão, a exploração e a dominação do sistema de produção vigente. Muitos mecanismos de coerção, antes vivenciados na forma mais cruel, hoje se apresentam de forma mais suave, mas que continuam visando a uma submissão às formas de produção capitalista. Um mecanismo compulsório, suave, de internalização do aprendizado do trabalho é a impossibilidade de sobreviver sem vender a própria força de trabalho, considerando-se a multiplicidade das necessidades humanas.

Nesse sentido, Oliveira (2003, p. 118), menciona ainda que “a educação deve ser entendida como fator de realização da cidadania, com padrões de qualidade da oferta e do produto, na luta contra a superação das desigualdades sociais”. Além de concordar com

Oliveira, é necessário acrescentar que a educação deve exigir dessa realidade o ponto de partida para o seu desenvolvimento, refere-se à educação que busca a afirmação daquele que se educa. Essa educação precisa ser pensada fora de qualquer dimensão ideal, mas, acima de tudo, como fruto do ambiente em que está inserido o indivíduo, que possibilita a dimensão de universalidade, pois o processo educativo deveria suceder-se de maneira natural e eficiente.


A educação nesses moldes conduz para a afirmação do educando, ao se voltar à sua realidade e, sobretudo, por ter nessa realidade o ponto de partida e o ponto de chegada do ato que legitima a formação do indivíduo. Afinal, educação popular é um fenômeno de apropriação dos elementos culturais e de reprodução, expresso por um sistema aberto de ensino e aprendizagem contínua, em que evidencia uma base política estimuladora de transformações sociais, que orienta os anseios humanos na busca da justiça, liberdade e da igualdade.

O estudo sobre conteúdos curriculares e qualificação nos anos 90, vem ganhando real significado devido ao estímulo e aproximação de pesquisadores da sociologia do trabalho e da educação. E principalmente, devido ao investimento em publicações, eventos científicos, e em projetos integrados que se preocupam em disseminar as contradições do mundo do trabalho e os desafios da formação. Atualmente, existe a preocupação, de modo geral, dos educadores em atender à demanda de integração das modalidades de Educação de Jovens e Adultos à Educação Profissional, neste sentido têm sido desenvolvidos estudos e pesquisas a fim de viabilizar a convergência destas duas modalidades de ensino.

1.3. EJA e educação profissional: carência de políticas públicas perenes

Educação, palavra simples, porém, carregada de conotações. No passado, fora símbolo de “liberdade” para os que dela se apropriavam como ascensão na condição social; os “bem-nascidos”, pertencentes à elite, tinham amplos direitos à privilegiada educação. Contraditoriamente, esse mesmo direito transformara-se em opressão, para aqueles nascidos incondicionalmente, nas senzalas, quilombos, ou seja, aqueles que faziam parte da classe menos favorecida. Assim, o povo, assolado pela desigualdade social, carrega até hoje, através de suas gerações, a herança da ignorância e da miséria.

Como pode uma simples palavra assumir uma conotação tão peculiar, a de determinar através da condição e ação do homem, o sentimento de liberdade ou aprisionamento? Surgiram muitas indagações acerca das ações que poderiam provocar uma revolução por meio



da educação, mesmo que fosse a longo prazo. E, como diz Freire (1996, p. 77) “No mundo da História, da cultura, da política, *constato* não para *me adaptar*, mas para *mudar*”. E não foi apenas Freire que levantou a bandeira reparadora da igualdade dos direitos entre os homens. Assim como ele, tantos outros como Saviani, Nóvoa, Gadotti, Perrenoud, Ciavata sonhavam em fazer da liberdade um direito de todos, desde então, travou-se várias formas de lutas tais como; intelectuais, braçais, brutais, sangrentas e até silenciosas, na tentativa de reparar a dignidade e a cidadania do homem.

Nessa perspectiva, surgiu a Educação de Jovens e Adultos - EJA como modalidade de ensino nos níveis Fundamental e Médio. Essa modalidade representa o resgate de uma dívida social do Estado, com o povo brasileiro.

A EJA foi marcada por ações descontínuas no âmbito das políticas educacionais, estabeleceu relações com a organização dos vários Fóruns nos estados e municípios, consolidando em instâncias, através de inúmeros debates, o sentido da EJA, como educação transformadora da realidade dos sujeitos marginalizados pelo sistema capitalista. Os vários Fóruns proporcionaram debates e questionamentos, no sentido de promover reflexões e propor mudanças nas bases das políticas públicas. A intenção desses debates era que essa modalidade de educação pudesse, de fato, proporcionar equidade dos sujeitos, historicamente excluídos do sistema educacional, o que fazia gerar também a exclusão social, financeira, política e cultural. Esses sujeitos tiveram e continuam tendo seus direitos negligenciados.

Assim, historicamente, a negação dos direitos, a indiferença pela disseminação do conhecimento e da cultura, reflete a herança educacional deixada a esse povo que sofre até os dias atuais a negligência de seus direitos como ser humano e cidadão, perpetuando a desigualdade, através de suas gerações. Configurando assim o retrato da impotência diante do processo de aculturação, e a promoção de uma sociedade de desiguais.

Assim como a educação básica, a modalidade EJA também é marcada pela descontinuidade das políticas públicas, que se tornaram insuficientes para atender a demanda e o cumprimento do direito estabelecidos nos termos regidos pela Constituição Federal de 1988. Tais políticas públicas, às vezes, resultantes de iniciativas individuais, de grupos isolados, ou programas e projetos de campanha de governo, acabam promovendo, dessa forma, a oferta de políticas efêmeras. Faz-se necessário assumir as políticas públicas numa dimensão substancial de perenidade garantida pelo Estado como ponto de partida no cumprimento do *dever* e do *direito* à educação, previsto no Art. 205 da Carta Magna, que implica sistematicidade de financiamento e previsão orçamentária.

Dessa forma, tais medidas objetivam o crescimento da oferta em relação à demanda potencial e garantem, assim, a continuidade das ações políticas, ou seja, que estas ações possam ser executadas e concretizadas para além das alternâncias dos governos, sem restringir-se a um mandato específico.

Vale dizer que tais políticas precisam desenvolver suas ações baseadas nos princípios da razão crítica, do conhecimento científico e da fundamentação teórica numa visão emancipatória, mas respeitando acima de tudo, as dimensões sociais, econômicas, culturais e afetivas dos sujeitos da EJA: jovens e adultos em processo tardio de aprendizagem escolar.

Percebe-se que as políticas elaboradas para a EJA, nem sempre acompanham o mesmo avanço das políticas públicas educacionais que têm propiciado a ampliação da oferta de matrículas para o Ensino Fundamental, permitindo, dessa forma, *universalizar* o acesso a essa etapa de ensino e, ao mesmo tempo, ampliar a oferta do Ensino Médio, previsto na Constituição Federal de 1988.

Por outro lado, nota-se a crescente elevação da escolaridade exigida pelo mundo do trabalho e, associado a isto, o aumento da demanda pela oferta de vagas no Ensino Fundamental na modalidade de Educação de Jovens e Adultos que vem sendo constituído como uma realidade nos sistemas de ensino brasileiro.

É nesta perspectiva de lutar por mudança que houve a organização dos vários Fóruns de EJA, tanto na esfera estadual quanto municipal. O intuito é reforçar e apoiar as novas concepções de mudanças previstas para a modalidade de Educação de Jovens e Adultos - EJA na Educação básica. Diante do exposto, percebe-se a recorrente necessidade no contexto brasileiro, deste século XXI, da oferta de uma educação de integração da modalidade de ensino da Educação Profissional à modalidade de Ensino da EJA. Nesse sentido, foi instituído o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, projeto proposto como uma possibilidade real enquanto formação integrada, na vida profissional e acadêmica dos indivíduos que participam dessa modalidade de educação.

1.4. PROEJA: educação como princípio fundante de integração

De acordo com Ciavatta, (2005, p. 101), “o exercício da formação integrada é uma experiência de democracia participativa”. Diante disso, é considerável que a educação precisa ser, principalmente, de caráter integral e integrada com os princípios de equidade, regidos pelo mundo do trabalho e pelas relações estabelecidas no cotidiano do cidadão. Essa formação


acadêmica deve contemplar, antes de tudo, o ser humano e suas relações, rompendo com a ideologia de que a escola tem que estar subordinada ao mercado de trabalho. Para a autora, toda vez que a escola visa a uma formação focada apenas no mercado de trabalho, essa lógica divide e infringe os direitos do cidadão, promovendo uma descontinuidade, uma vez que, quando muda o mercado muda a política e, conseqüentemente, sua exclusão do acesso à educação restringindo dessa forma, a potencialidade desse indivíduo.

A Constituição Federal Brasileira de 1988 e a Lei Nacional de Diretrizes e Bases – LDB 9.394/96, fundamentam uma política de integração da Educação Profissional com o Ensino Fundamental à Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - EJA. Assim, o artigo 205 da Constituição Federal Brasileira de 1988, define que a educação é “*direito de todos e dever do Estado e da família*”. Essa educação deve ser promovida e incentivada pela sociedade, a fim de proporcionar o desenvolvimento da pessoa para o pleno exercício da cidadania.

Consta no artigo 277 da Constituição Federal Brasileira, que a profissionalização é um dos deveres da família, do Estado e da sociedade, por isto precisa ser assegurado como prioridade absoluta. O § 2º do artigo 1º da LDB estabelece que “a educação escolar deve vincular-se à prática social que vai além do mundo do trabalho”. O Decreto nº 5.154/2004, que regulamenta o capítulo III da LDB, também traz essa vinculação entre educação, o ser social e o mundo do trabalho, considerando que as formações inicial e continuada de trabalhadores se constituam por cursos ou programas de Educação Profissional, em articulação com os cursos de Educação de Jovens e Adultos (EJA), com o objetivo de uma educação para a vida, e conseqüentemente, para o trabalho. A possibilidade de elevação do nível de escolaridade poderá resultar em melhores condições de vida e de trabalho para o povo brasileiro.

Surgiu neste contexto, em 2005, o PROEJA - Programa de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos, (EJA), instituído pelo Decreto nº. 5.478, de 24/06/2005, que revelou a decisão governamental de atender à demanda de jovens e adultos pela oferta de educação profissional técnica de nível médio, com o intuito de incluí-los em uma educação gratuita e de qualidade.

Assim, houve a interação dos sistemas públicos de educação, a fim de tornar realidade esse Programa educacional, cabendo à Rede Federal (universidades, CEFETs, escolas técnicas e agrotécnicas federais), ofertar o máximo de vagas, mas sem perder de vista a estruturação de interação com as redes estaduais e municipais.



Neste sentido, o PROEJA deveria ser adotado pelos sistemas de ensino estaduais, municipais e entidades nacionais de serviço social, aprendizagem e formação profissional. Para ampliação e abrangência do PROEJA, os Centros Federais – CEFETs, atuais IFs, estão ofertando Formação Inicial e Continuada para professores da educação pública que, posteriormente, serão multiplicadores dessa política de integração, construção e interação dos agentes do trabalho em torno da propriedade, significado e uso do conhecimento. (Moura 2006, p. 7-11).


Entende-se que o objetivo do Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio à Modalidade de educação de Jovens e Adultos – PROEJA, reside na universalização da educação básica, ligada à formação para o mundo do trabalho no sentido de promover a integração e, conseqüentemente, a melhoria das condições de inserção do indivíduo no meio social, político, econômico e cultural, com atenção específica a adolescentes, jovens e adultos que, por alguma razão, deixaram de cumprir sua trajetória escolar contínua.

Ainda Moura, (2006 p.8) acredita que a educação está posta como condição humanizadora, que se faz ao longo da vida e para a vida. Essa nova possibilidade de educação integral e integrada precisa considerar as especificidades do mundo do trabalho, entretanto, o indivíduo não pode estar refém somente desse preparo, essa qualificação deve ir além da preparação para o trabalho, lembrando que teoria e prática são indissociáveis.

Nesse sentido, a formação pressupõe apropriação de conhecimentos teóricos e práticos, científicos e tecnológicos, do conceito de trabalho como princípio educativo e da cultura geral, como conjunto de conhecimentos sistematizados, historicamente, pela humanidade, e não restringir-se a uma única concepção.

Para tanto, o currículo integrado do PROEJA propõe preparar o indivíduo para além do trabalho, também, para a vida. Ele, o indivíduo, precisa compreender a real necessidade de correlacionar prática e teoria, pois é dela que se constitui o mundo, o homem e o trabalho. Essa correlação existe, historicamente, e é constituída de experiências produzidas e vivenciadas pela humanidade, até o avançado mundo contemporâneo das tecnologias, trazido pela revolução da ciência e da indústria.

Dentro dessa dimensão, cabe ao indivíduo rever a própria concepção de trabalho, além de compreender o mundo, deve compreender-se nele e, a partir dele, atuar na busca de melhores condições de vida, para a construção de uma sociedade mais justa e com direitos iguais para todos.



Por fim, a política de integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, traz o desafio de superar o caráter compensatório de ações assistencialistas dirigidas ao povo, ao longo da nossa história. Além disso, essa política de integração visa contribuir para romper com a idéia de que a escola tem que estar subordinada ao mercado, pois essa lógica divide e infringe os direitos do cidadão.

1.5. Educação como possibilidade de universalização

Apesar de grandes conquistas em relação à institucionalização dos direitos à cidadania, há muito ainda por que lutar. Até então, não foi possível a promoção de uma educação de caráter **equalizador**, no sentido de diminuir as desigualdades e estruturar as bases trabalhadoras em condição de igualdade para todos.

A LDB/96 apresenta três “novas” modalidades de educação: Educação de Jovens e Adultos, Educação Profissional e Educação Especial. A pretensão é focar nas duas primeiras modalidades, não que a última não seja importante, uma vez que foi legalizada como objeto de inserção do indivíduo, no mundo do saber e do trabalho. Entretanto, o objetivo maior é tratar das modalidades de educação (EJA e Educação Profissional) que se apresentam como instrumento de mediação entre as informações, as experiências prévias na associação e a produção do conhecimento como fator de mudanças que eleva o homem à condição de ser cidadão.

A Educação de Jovens e Adultos destina-se aos que não tiveram, na idade própria, acesso ao ensino fundamental e médio ou continuidade de estudos nesses níveis de ensino. Essa modalidade de educação prevê cursos e exames supletivos a serem realizados no nível de conclusão do ensino fundamental, para maiores de quinze anos, e no nível de conclusão do ensino médio para maiores de dezoito anos (Toschi e Oliveira, 2003, p. 262). A modalidade de educação EJA, no Brasil, tanto nos níveis fundamental quanto no médio, é caracterizada pela descontinuidade e a insuficiência de políticas públicas no sentido de conseguir atender a demanda potencial dessa modalidade de educação.

As lutas sociais, que sempre desempenharam um importante papel, atualmente, têm estimulado o Estado a realizar, na prática, as conquistas constitucionais do direito à educação. Em lugar de políticas públicas efêmeras, traduzidas por projetos e programas que muitas vezes não saem do papel. Atualmente percebem-se esforços na dimensão de perenidade do direito à educação, por meio da criação de políticas públicas que compreendam o direito subjetivo do cidadão. Para tanto, é imprescindível o investimento em uma política pública

estável, direcionada para a Educação de Jovens e Adultos – EJA, que contemple a elevação da escolaridade aliada à profissionalização, conseqüentemente; a integração dos cidadãos aos quais foram negados o direito à educação básica e uma formação profissional de qualidade (Documento Base, 2007, p. 10 e 11).

A Educação Profissional deve estar integrada, efetivamente, às diferentes formas de educação e estabelecer um elo com o trabalho, a ciência e a tecnologia que visa ao permanente desenvolvimento de aptidões para a produção e ampliação dos novos conceitos educacionais. Toschi (2003, p. 262) acredita que essa modalidade de ensino, para ser desenvolvida precisa estar articulada com o ensino regular, ou ainda com a educação continuada, ofertada em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho. Essa modalidade de educação é destinada a todos, desde o aluno matriculado no ensino fundamental, médio, superior ou egresso, jovens, adultos ou ao trabalhador de modo geral. A Educação Profissional no nível básico, conforme art. 3º do Decreto 2.208, de 17 de abril de 1997, é:

Destinada à qualificação, requalificação e reprofissionalização de trabalhadores, independente de escolaridade prévia; técnico: destinada a proporcionar habilitação profissional a alunos matriculados ou egressos do ensino médio (...); tecnológico: correspondente a cursos de nível superior na área tecnológica, destinados a egressos do ensino médio e técnico.

É prioridade dessa modalidade de educação ofertar cursos de Educação Profissional de Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores e Educação Profissional Técnica de Nível Médio e Pós-Médio. A estruturação desses cursos leva em conta o avanço do conhecimento tecnológico, a incorporação crescente de novos métodos, os processos de produção e a distribuição de bens e serviços. Entende-se que, ao concluir o curso técnico, o indivíduo esteja preparado para lidar com as exigências e mudanças do mundo do trabalho e que as experiências cotidianas e a práxis o conduzam às ações intelectuais e físicas concomitantemente.

A educação só transforma o ser humano, seus valores e ações relacionadas à responsabilidade social, política e econômica, quando o insere na sociedade. Tal ação é regida pelos princípios previstos na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases LDB/96, “como dever de estimular a busca dos conhecimentos científicos e tecnológicos, o desenvolvimento das competências, da criatividade, da transformação e da humanização das relações”.

Ainda de acordo com a Constituição Federal Brasileira 1988, a Educação “é um direito de todos e dever do Estado e da Família, devendo ser promovida e incentivada com a

colaboração da sociedade”. É relevante destacar a concepção de educação expressa no Artigo 1º da LDBEN/96:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (LDB n.º 9394/96, 2001, p. 88).

Nessa perspectiva, a educação precisa estar voltada para capacitar e habilitar as pessoas para a vida e, conseqüentemente, para o trabalho. Para isso, é necessária a efetivação de políticas públicas de inserção social, ação participativa de qualidade que seja capaz de gerar instrumentos para a comunidade, que os permita defender e legitimar seus direitos, além de ampliar a visão crítica de mundo e assumir sua responsabilidade social, assim:

A formação para a cidadania crítica e participativa diz respeito a cidadãos-trabalhadores capazes de interferir criticamente na realidade para transformá-la, e não apenas para integrar ao mercado de trabalho. A escola deve continuar investindo para que se tornem críticos e se engajem na luta pela justiça social. Deve ainda entender que cabe aos alunos se empenhar, como cidadãos críticos, na mudança da realidade em que vivem e no processo de desenvolvimento nacional e que é função da escola capacitá-los para que desempenhem esse papel. (OLIVEIRA 2003, p. 119).

É relevante observar que a educação, em todas as épocas, e principalmente nos dias atuais, encontra-se ressentida de maior aprofundamento e clareza acerca do verdadeiro sentido dela para a vida. Como está posto para o jovem, ou para o trabalhador, o processo de educação pressupõe a assimilação do ensino/aprendizagem.

Assim, entende-se que o homem é um ser social, profissional, político, cultural, espiritual, psicológico e físico. Segundo Manfredi, (1987, p. 172 - 180) a educação precisa ser dimensionada a partir da realidade de cada indivíduo, e considerar, ainda, todos os aspectos que o envolvem. Dessa forma, estará voltada para realidade, e vai além, quando diz que a educação deve exigir dessa realidade o ponto de partida para o seu desenvolvimento.

Freire (2002, p. 70) considera que a “educação para a liberdade” deve ocorrer numa relação horizontal, de constante diálogo entre educador (a) e educando (a). Essa dialética constante faz o educando perceber que não somente está no mundo, mas é parte desse mundo e contribui na transformação da realidade. Nesse sentido, o respeito ao conhecimento prévio que o educando (a) possui é de fundamental importância, para que se possa propor, ao invés de impor, o que e como será desenvolvida a pedagogia libertária para o autor:

A educação como prática da liberdade, ao contrário daquela que é prática da dominação, implica a negação do homem abstrato, isolado, solto, desligado do

■

mundo, assim como também a negação do mundo como uma realidade ausente dos homens (FREIRE, 2002, p. 70).

Freire percebe a educação como ato dialógico, destaca a necessidade de uma razão dialógica comunicativa, através da qual o ato de conhecer e de pensar estariam, diretamente, relacionados. Por esse motivo, o conhecimento seria um ato histórico, gnosiológico, lógico e, também, dialógico, lembrando que a relação sujeito-sujeito e sujeito-mundo são indissociáveis. Como ele afirma em outra obra (1987, p. 84) "A educação (...) autêntica, não se faz de A para B ou de A sobre B, mas de A com B, mediatizados pelo mundo. Mundo que impressiona e desafia a uns e a outros, originando visões ou ponto de vista sobre ele", numa relação sujeito-educação-mundo.

1.6. O trabalho e a formação humana

O Mundo do Trabalho é dinâmico e baseia-se, cada vez mais, em pesquisas e desenvolvimento na valorização da autonomia profissional e na ampliação do conhecimento humano. No atual mundo do trabalho, ainda prevalece o vínculo empregatício tradicional que tende a ser substituído por novas formas de relações laborais, tais como: o trabalho autônomo, atividade em tempo parcial, teletrabalho, terceirização, parceria, organização e cooperativa.

Por sua vez, a tecnologia e a automação liberam, crescentemente, os seres humanos do trabalho físico e repetitivo e consolida a vocação humana para a liberdade de criação. Esse processo exige do ser humano que ele desenvolva a capacidade de transformar, acompanhar e provocar mudanças permanentes, comprometidas com valores e ações relacionadas à responsabilidade social, política e econômica. A esse respeito o autor acrescenta que:

A flexibilização global da produção, ocasionada pela revolução tecnológica e pela globalização econômica, também alcança o mercado de trabalho. O trabalho desformaliza-se, dispersa-se, espalha-se, dessindicaliza-se, diversifica-se e torna-se cada vez mais escasso (...) criando uma tensão básica no novo processo produtivo: de um lado as demandas por elevação da qualificação do trabalhador (...) de outro, a criação de regimes e de contratos mais flexíveis. (OLIVEIRA 2003, p. 77).

Entretanto, ainda segundo Oliveira (2003, p.78), devemos estar atentos para as "armadilhas" produzidas pelas novas tecnologias. A revolução tecnológica, a princípio, provocou encantamento e medo na maior parte dos trabalhadores, supunham que tal revolução viria para facilitar e dinamizar o trabalho. Com o passar do tempo, perceberam que, na prática, essa mesma tecnologia "facilitadora" se tornava um instrumento de alienação na relação homem-máquina. Essa relação não significou facilitar o processo de produção desse

trabalhador, nem mesmo amenizou o fato da alienação, muito pelo contrário, ele teve uma “falsa ilusão” de que seu trabalho seria facilitado pela praticidade ofertada pelas novas tecnologias. Ledo engano, essa nova e desconhecida relação do homem com o mundo virtual, o tornou mais alienado ainda, levando-o ao processo doloroso de individualismo, e conseqüentemente, promovendo sua exclusão do mundo social.


Ramos (2005, p.109-110) nos leva a perceber que a globalização e o neoliberalismo atuais constituem o processo capitalista que, historicamente, tem ditado, de forma acelerada, as mudanças no setor produtivo. O avanço das relações capitalistas de produção exigiu uma preparação, basicamente, voltada para o conhecimento científico e tecnológico, contudo esse movimento é marcado pelo sentido instrumental. Diante dessa tendência de universalização de técnicas básicas de produção, foi surgindo a necessidade da formação de pessoas com conhecimentos e habilidades para desempenhar com agilidade um trabalho diversificado nas indústrias e serviços.

Assim, essa formação, por ser focada nas várias técnicas de produção, e não na omnilateralidade, deu origem a novas profissões, daí a divisão técnica e social do trabalho, resultado do aprofundamento da separação entre trabalho manual e intelectual. O discurso de progresso e modernidade, hoje representado pelo padrão de acumulação flexível (toyotismo), tem suas raízes na linha de montagem fordista e no cronômetro taylorista que sob a:

(...) égide dos padrões tayloristas-fordistas, as profissões em sua dimensão econômica, foram fortemente associadas ao princípio da eficiência técnica, especificamente no pós-guerra, em que o uso da ciência como força produtiva atingiu seu ápice. (RAMOS, 2005, p.109-110)

À medida que são exigidas do trabalhador uma permanente requalificação e atualização profissional, sem que o mesmo tenha acesso às mínimas condições possíveis que garantam a infra-estrutura, principalmente, de ordem familiar e financeira, componentes básicos à vida humana, conseqüentemente, acaba acontecendo um choque entre patrão e empregado. Hoje, os empresários têm “consciência” de que, para o bom funcionamento da empresa e aumento da produção, faz-se necessário investir no bem-estar e na qualificação de seu trabalhador. Desse modo:

O desenvolvimento material põe novas exigências no que se refere aos processos formativos, em geral, e à qualificação da força de trabalho, especificamente. E os próprios empresários tendem a se mostrar mais sensíveis a essa questão. Desejam eles capacitação geral, rapidez de raciocínio, grande potencial de incorporação de informações, adaptação mais ágil, capacidade de lidar com conceitos abstratos e assim por diante. (SAVIANI 2003, p. 12).



Observa-se que a “boa vontade” dos empresários em investir no bem estar e qualificação do trabalhador não significa que eles estejam preocupados em garantir a efetivação das condições sociais desses indivíduos, portanto, esse investimento não é nada ingênuo e desinteressado. O que se percebe, na maioria das vezes, é a ausência de efetivas condições sociais e políticas elaboradas para apoiar o alicerce da cidadania do trabalhador. Isso interfere no desenvolvimento sócio-afetivo, gerando, dessa forma, os constantes atritos na relação entre esse indivíduo e o mundo do trabalho. Todos estes aspectos somam pontos negativos que, se não empurra o trabalhador para uma crescente exclusão do mundo do trabalho, de alguma forma, contribui para uma crescente divergência que, paulatinamente, o distancia das oportunidades existentes no mercado de trabalho tecidas a dialética da lei de oferta e da procura.

As exigências de reestruturação do trabalhador para corresponder às tendências do mercado de trabalho, sem ofertar a ele condições de reflexão sobre o seu ato no desempenho do labor, contribuem para a negatividade do trabalho, tornando-o alheio ao que realiza. A esse respeito Manacorda defende que:

(...) o trabalho é a essência subjetiva da propriedade privada e está frente ao trabalhador como propriedade alheia, a ele estranha e é prejudicial e nocivo a ele; ainda mais, sua própria realização parece como “privação” do operário, pois na medida em que a economia política oculta a alienação que está na essência do trabalho, a própria relação da propriedade privada contém o produzir-se da atividade humana como trabalho e, portanto, como atividade humana completamente estranha a si mesma, completamente estranha ao homem e à natureza e, assim, à consciência e à vida. (MANACORDA 1991, p. 44).

Historicamente, o sentido do trabalho foi constituído como algo alheio ao homem, pois era tido como aprisionamento de almas. O homem tinha de produzir para garantir sua subsistência, e a realização dessas ações produzia o acúmulo de bens para a classe dominante, conseqüentemente a alienação do trabalhador. Por esse motivo até hoje, o trabalho é tido pelo homem como ato punitivo, pois a ele era dado apenas o direito de produção, em contrapartida, era negado o direito de usufruir dos bens constituídos a partir de sua força de trabalho. Nem mesmo as necessidades básicas de quem produzia eram satisfeitas.

Por ser assim, o homem não se identificava com a força produtiva, porque o trabalho não era tido como atividade vital à sua condição humana, não era um instrumento de satisfação de suas necessidades. A esse respeito, Manacorda, (1991, p. 44, 45) segundo Marx, resume a determinação de trabalho, na qual a manifestação de vida é essa mesma

expropriação de vida, através da formulação peremptória e inequívoca, de que “o trabalho é o homem que se perdeu de si mesmo”.

Se, por um lado é exigido ao trabalhador que se cumpra a “qualidade total” na execução da mão-de-obra, também há uma permanente cobrança quanto à atualização das ações educacionais, voltadas para a capacitação e habilitação desse mesmo trabalhador. Para tanto, é importante que o Estado assuma, com presteza, e responsabilidade, o desempenho de políticas públicas perenes, garantindo ao cidadão não somente o mínimo dos benefícios, mas usufruir, plenamente, de seus direitos, para que ele receba uma formação de caráter integrada, possibilitando-o estabelecer-se como ser humano e ser social. Manacorda (idem) acredita ainda que o processo educativo com o mundo produtivo é indissociável:

Mas essa participação real do trabalho como processo educativo às transformações sociais será tanto mais eficaz quanto menos seja um mero recurso didático, mas sim inserção real, no processo produtivo social, vínculo entre estruturas educativas e estruturas produtivas, (...) dado que os dois termos não são igualmente coesenciais à sociedade moderna, representando antes a “escola” um resíduo de organizações sociais precedentes; mas, significa vínculo ensino-produção. (MANACORDA, 1991, p. 55).

Vale ressaltar que as mudanças na produção intervêm nas bases educacionais, porque o mercado passa por constantes transformações na tentativa de ajustar-se às novas tendências tecnológicas. Nesse sentido, precisa de pessoas qualificadas e que estejam preparadas para trabalhar, adequando-se à demanda do mundo do trabalho. Diante disso, a vinculação das estruturas educativas e produtivas, talvez fosse a chave para um nova compreensão e concretização do processo de construção dos paradigmas representados pela educação e pelo trabalho. Nesse sentido, Oliveira (2003, p. 103) afirma que “a solução consiste em desenvolver um ensino mais eficiente, de qualidade e capaz de oferecer uma formação geral mais sofisticada, em lugar de treinamento para o trabalho”.

Machado (1989, p. 127-128) acredita que pode ser difícil, mas não impossível o suceder deste nivelamento, percebe-se duas forças antagônicas: de um lado o sistema capitalista ditando regras que impõe ao indivíduo limites e restrições quanto a sua condição enquanto ser individual e social; do outro lado, esse mesmo indivíduo, na condição de homem e trabalhador, avança através das forças revolucionárias constituídas de ação e reação às limitações capitalistas, em defesa do direito à educação e ao conhecimento. Neste sentido, faz avançar a revolução a fim de preservar, historicamente, as conquistas adquiridas, pois compreende que o fundamento da educação é o trabalho, primeira e essencial instância educativa do homem.

Segundo Machado (1989, p. 124), Marx considera que a educação é algo essencial ao homem, mas não acredita, que no sistema capitalista exista a possibilidade da concepção de uma educação com a função equalizadora em que o indivíduo restabeleça sua trajetória escolar, de modo a equipar-se em ponto de igualdade para todos. E apesar, de dizer que não tem em mente um modelo de educação, traz uma proposta em que a educação deve estar voltada e comprometida para os interesses da classe do proletariado, cujos objetivos, a médio e longo prazo, sejam a oferta de uma escola única, em que prevaleça a associação da educação “intelectual”, educação corporal e educação tecnológica, resultando no “embrião da escola do futuro”, Essa educação é baseada na conjugação entre a formação geral ou intelectual, centrada nas teorias; e a formação profissional, voltada para as práticas – que envolvam as ciências tecnológicas, ou seja, a politecnicidade. Shiroma dialogando com Machado afirma que:

Polivalência, significa um trabalho mais variado com certa abertura quanto à possibilidade de administração do tempo pelo trabalhador e sem implicar, necessariamente, mudança qualitativa das tarefas (...). Já a politécnica representando o domínio da técnica em nível intelectual, e possibilidade de um trabalho flexível com a recomposição de tarefas a nível criativo. (SHIROMA 1997, p. 5).

Ou seja, a politecnicidade, vai além de uma mera formação técnica, atua, criativamente, em atividade de caráter criador e busca, com autonomia, os conhecimentos necessários para o crescente aperfeiçoamento do indivíduo.

Após séculos, perpetuando uma política dominadora, uma educação para uma minoria, associada a uma elite que sempre converteu os velhos hábitos autoritários em tradição. Surgem os primeiros sinais e as possibilidades de superação da divisão do trabalho alienado, através de movimentos e o desenvolvimento das contradições, a progressiva luta entre a continuidade do “velho” e a ruptura para o “novo”. Esses novos movimentos ajudaram a promover reflexões, que resultaram em significativas mudanças, não só no campo educacional, como também no campo social. Saviani acrescenta que no capitalismo:

Portanto, o trabalhador propriamente dito continua sendo o homem. Seu trabalho, nessa nova situação, já que inclusive as operações intelectuais específicas terão sido transferidas para as máquinas, será um trabalho intelectual de caráter geral. E consistirá em comandar e controlar todo o complexo das suas próprias criaturas. Estamos, pois, num contexto em que, como dizia Gramsci, trava-se uma luta entre o novo que quer nascer e o velho que não quer sair de cena. O desenvolvimento material põe novas exigências no que se refere aos processos formativos, em geral, e à qualificação da força de trabalho, especificamente. (SAVIANI 2003, p. 12).

Apesar dos inúmeros avanços, é preciso que haja, por meio de uma educação nova, profundas mudanças nas condições sociais das quais necessitam os indivíduos. Porém,

sabemos que as mudanças não acontecem na espontaneidade, a articulação da classe proletária aliada à luta revolucionária por transformações, talvez resulte na superação de uma educação fragmentada que, às vezes, é ofertada ao indivíduo de forma aleatória, apenas para mostrar à sociedade que a escola está cumprindo o seu papel. Por sua vez, esse indivíduo chega ao mercado de trabalho e não consegue articular-se com as exigências do mesmo em decorrência de todas as fragmentações pelas quais passou.

É preciso a articulação de novas dimensões formativas da classe proletária, constituída a partir do desenvolvimento da revolução tecnológica do mundo moderno, que segundo Machado (1989, p. 126), “fará brotar o germe da educação do futuro, uma escola unitária, ou politécnica”. Esse ensino capaz de fazer a “unificação” entre a práxis e a ciência, possibilitando ao indivíduo uma formação crítica e reflexiva que ressalta a necessidade da negação da particularização do trabalho.

Tal procedimento deixaria a elite descontente, uma vez que para essa classe, a unificação significaria a desalienação dos sujeitos em relação ao trabalho, trazendo a plena liberdade social, econômica, política e cultural para esse indivíduo como cidadão. Sendo assim entende-se que:

Todos já ouviram falar naquela famosa frase atribuída a Adam Smith, que reconhecia ser necessária a instrução para os trabalhadores: “instrução para os trabalhadores sim, porém, em doses homeopáticas”. Significa que os trabalhadores têm de dominar aquele mínimo de conhecimentos necessários para serem eficientes no processo produtivo, mas não devem ultrapassar este limite. (SAVIANI 2003, p. 5).

Diante do exposto, percebe-se que a formação integral do trabalhador nunca foi e não será de interesse da classe dominante. Entretanto, para que haja mudança dessa realidade, entende-se o ensino politécnico como único em condições de promover e tecer a dialética entre o rompimento da continuidade dos moldes antigos da educação instrumentalista para o trabalho. É fazer surgir novos moldes, fortalecidos, cada vez mais, pelo “fermento” da transformação, possibilitando o desenvolvimento de todas as potencialidades humanas.

E, para finalizar, Machado (1989, p. 125-126) enfatiza que a “instrução combinada com o trabalho produtivo seria mais uma das expressões da relação entre teoria e prática”, pois, no ensino politécnico, ele só não basta, é preciso o domínio da técnica, é preciso dominar, além dela, os fundamentos teóricos, lembrando que teoria e prática são indissociáveis. Afinal, o processo de aprendizagem se constitui na dualidade entre as experiências constituídas nas relações estabelecidas entre o sujeito consigo mesmo, com o outro, com a natureza e com o mundo, associado às teorias que resultam na construção do processo histórico e de sua identidade.



Neste sentido, a formação pressupõe a apropriação de conhecimentos teóricos e práticos, científicos e tecnológicos, do conceito de trabalho como princípio educativo e da cultura técnica articulada à cultura geral, e não a restrição à uma única concepção. Portanto, a proposta da *escola única, politécnica* do trabalho, se insere na perspectiva, de unificação do próprio homem, dando os direitos que a ele foram negados desde a colonização do Brasil.

A proposta de uma nova concepção de educação, como processo educativo para a vida e para o trabalho, é muito interessante, principalmente, em relação aos critérios e os caminhos que devemos trilhar no intuito de compreendermos melhor essa educação que será ofertada pela escola unitária, como a superação da forma tradicional, descontínua e fragmentada resultando num verdadeiro imprevisto com relação ao ato de ensinar.

De acordo com Machado (1989, p. 124), as possibilidades dessa educação posta por Marx como o germe do futuro existe, porém, longe de ser pessimista, essa realidade talvez possa se concretizar em longo prazo, porque antes é preciso a reestruturação não apenas do pensamento dos indivíduos, dos organismos da sociedade, do Estado com as devidas políticas públicas e da família, como também a superação da indiferença que ainda isola, fere, rouba e mata a dignidade humana.

Capítulo II

EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA: TECENDO NOVOS CAMINHOS

2.1. O PROEJA e a real perspectiva da capacitação de professores no IFG


O propósito desse texto é compreender a importância e a necessidade do curso de Especialização em PROEJA para os profissionais da educação; as dificuldades e expectativas despertadas nesses profissionais; e verificar a importância, caso essa formação venha adquirir um caráter de formação continuada permanente no IFG.

Essa formação, já prevista por lei, poderá garantir ao profissional da educação da rede pública de ensino, a real possibilidade de uma ação formativa eficaz e de caráter permanente? Com um perfil voltado para compreender e atender a diversidade social, numa perspectiva de auto qualificação, para então contribuir na formação do sujeito como ser autônomo? Essa interação entre professor e aluno visa despertar o educando para a conscientização crítica de seu papel na sociedade?

Tentando responder essas questões, é importante ressaltar, de antemão, que o professor não é o único responsável pela formação e o conhecimento do educando, ele é, sim, o mediador entre o mundo e esse conhecimento. Para que o professor desenvolva bem o papel de mediador na formação integral do aluno, é preciso que esse professor esteja preparado, psicologicamente, emocionalmente e consciente de seu papel como educador. Além disso, é fundamental que ele tenha clareza do perfil da sociedade a qual faz parte, para assim formar o cidadão de forma crítica e que precisa ser um agente capaz de promover mudanças.

Ao pensar na estruturação de um curso de formação para professores, deve ser levado em consideração que o professor é, antes de tudo, capaz de produzir conhecimento, ser crítico e refletir suas ações, portanto não deve ser considerado apenas como executor de tarefas. Para que o professor possa formar sujeitos críticos, é necessário que sua formação também o seja. A esse respeito compreende-se que:

Os professores não são consumidores, mas também produtores de saber... Não são apenas executores, mas são também criadores de instrumentos pedagógicos... Não apenas técnicos, mas são também profissionais críticos e reflexivos. Assim sendo, é preciso rejeitar as tendências que apontam no sentido de separar a concepção da execução, tendências que põem nas mãos dos professores pacotes curriculares pré-desenhados prontos a serem aplicados, que procuram sobrecarregar o cotidiano dos professores com atividades que lhes retiram tempo necessário à reflexão e à produção de práticas inovadoras. (NÓVOA 1998, p. 31).



A partir das considerações de Nóvoa, compreende-se a essencialidade de um Projeto de formação continuada para professores de maneira a contemplar a concepção de conhecimento e sua execução na prática. Para tanto, é necessária a efetivação de políticas públicas perenes voltadas para esse fim, tornando possível a concretização desse Projeto. Essa proposta de formação continuada deveria ultrapassar a ideia de transitoriedade tão peculiar nos programas focais, com tendências fragmentadas, imediatistas, assistencialistas, descontínuas, descomprometidas e contraditórias com a proposta de educação integral na preparação intelectual do sujeito. Ela precisaria ainda contemplar a construção de uma sociedade mais justa, menos alienante, em que o indivíduo não se submeta às regras do capitalismo, mas sim, que ele possa modificar o seu mundo.

Segundo Minto (1998, p. 183), a “Formação de Educadores” vai mal, mas não é por falta de leis, estas existem e estão expressas nas Constituições Federal, Estadual e na LDB. Entretanto, o autor acredita que para a efetiva execução dessas leis, seria necessário que houvesse coerência entre os que a proclamam e a definição de como seriam instituídas. Sugere ainda que deveriam acrescentar na Constituição Federal expressões como: “condições de aperfeiçoamento a atualização constante para os educadores em exercício no ensino público”.

Diante do exposto, percebe-se a falta de clareza e objetividade na formulação dessas leis. Para torná-las eficazes, seria imprescindível que houvesse correção das possíveis contradições apresentadas por elas. Se não há “brechas”, consequentemente, não há empecilhos quanto à aplicabilidade e execução na prática das leis que asseguram o direito ao profissional da educação, ter uma formação continuada de qualidade.

Vale dizer que essas mesmas leis que asseguram os direitos do educador, são elaboradas por parlamentares. Mas cabe à sociedade compreender que elaborar, executar e manter as conquistas dos trabalhadores, em geral, ou da educação, especificamente, nas leis, depende, acima de tudo, dos movimentos sociais, do nível de organização desses grupos e da participação efetiva da grande massa de trabalhadores espalhada pelo país.

2.2. A necessidade da formação continuada e a importância das Leis que a regulamentam

Um dos grandes avanços da nova Carta Magna de 1988 foi a introdução da preparação e valorização do professor. Nesse sentido, a formação continuada deve ser ofertada como instrumento que permita ao educador a reflexão de suas ações cotidianas, bem como garantir e legitimar a capacitação de docentes, de forma não aligeirada. Essa formação deve acontecer

de maneira contínua, processual, comprometida e, acima de tudo, corresponder aos novos paradigmas educacionais propostos no processo de ensino-aprendizagem da escola emancipadora.

Percebe-se que muitas formações, basicamente, são instituídas de forma aligeirada apenas para cumprir o que prevê a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, 9394/96 em seu art. 87, parágrafo 4º, esse estabelece que, até o fim de 2006 “somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço”.

Toschi (2003, p. 271, 272), expõe ainda que as reformas educacionais proporcionaram enormes transformações no cotidiano do sistema educacional brasileiro, conseqüentemente, também no perfil do profissional da educação. Essas mudanças exigiram desses profissionais uma nova postura diante dos reflexos provocados pela globalização, levando os educadores a refletirem que, além de sua formação inicial, precisavam preparar-se ainda mais para lidar com as adversidades surgidas a partir da realidade imposta pelas novas tecnologias.

Para atender aos anseios da sociedade, essa formação precisaria acontecer de forma consistente, no sentido de construir conhecimentos e teorias sobre a prática docente. A partir dessa reflexão crítica, Marin (1995, p. 17) afirma que “Os profissionais da educação não podem e não devem ser persuadidos ou convencidos de idéias; eles devem conhecê-las, analisá-las e criticá-las, até mesmo aceitá-las, mas mediante o uso da razão”.

Nesse sentido, a proposta de formação continuada permanente dos profissionais da educação, necessita incentivar a apropriação dos saberes pelos educadores, de maneira focada na autonomia que leva a uma prática crítico-reflexiva, abrangendo a vida cotidiana da escola e os saberes derivados da experiência docente.

Vale ressaltar que as ações para formação continuada de profissionais da educação no Brasil intensificaram-se a partir da década de 1980. No entanto, “só na década de 1990, a formação continuada passou a ser considerada como uma das estratégias fundamentais para o processo de construção de um novo perfil profissional do professor”. Assim, essa formação do educador deve ser concebida como reflexão, pesquisa, ação, descoberta, organização, fundamentação, revisão e construção teórica a partir da prática, e não como mera aprendizagem de novas técnicas (NÓVOA, 1991; VEIGA, 1998).

Nesse contexto, Toschi (2003 p. 272) argumenta que “a escola, local de trabalho dos professores, assume a função de ser o espaço de formação docente”, onde acontecem trocas de experiências. Essa relação pode trazer uma nova identidade ao perfil profissional do educador, uma vez que a formação continuada se faz em um ambiente coletivo de trabalho. É

importante lembrar que quando os educadores aprendem juntos, são levados a compartilhar evidências, informações e a buscar soluções.

É importante ressaltar ainda o aspecto legal que aponta para a formação continuada como um direito docente. Faz-se necessário lembrar que esse e outros aspectos da formação de educadores, devem acontecer, conforme previsto no Art. 67, incisos II, IV, V e VI da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN - 9.394/96), onde se afirma que:

Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público.

II - aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;

IV - progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho;

V - período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho;


VI - condições adequadas de trabalho.

Esse aspecto configura também, principalmente, a preocupação legal referente a certos princípios básicos específicos para a formação de profissionais da educação, expressa no artigo 63, inciso III da LDB, que “estabelece programas de educação continuada para os profissionais da educação dos diversos níveis”.

Para isso, Alarcão (2004) enfatiza que é necessário reconhecer a importância da oferta de uma formação continuada, em que o educador seja capaz de estabelecer contato com a situação prática e, a partir daí, construir novas teorias, esquemas e conceitos. Tais experiências poderão ser a base para a formação de um profissional receptivo e flexível aos novos desafios trazidos pela complexidade da prática docente.

Porém, deve-se levar em consideração as dificuldades pessoais e institucionais para pôr em ação uma forma sistemática (inicial e contínua) e não apenas pontual (inicial; eventual) de formação, e que ela tenha natureza reflexiva, de modo que essa formação seja ofertada em conformidade com as necessidades, tanto do educador como também da instituição. Nessa perspectiva percebe-se que:

As estratégias de formação referenciadas têm como objetivo tornar os professores mais competentes para analisarem as questões do seu cotidiano para além dos problemas imediatos, situando-os num horizonte mais abrangente que perspectiva a sua função e a da escola na sociedade em que vivemos. (ALARCÃO 2004, p. 58).



Por sua vez, a formação de professores tem sido um dos temas mais polêmicos e mais presentes nas reformas educacionais brasileiras dos últimos anos, configurando as novas exigências legais quanto à formação mínima dos profissionais docentes, o que fez surgir inúmeras e distintas iniciativas de formação continuada e em serviço. Mas essa oferta, na prática, parece não atender à demanda de forma satisfatória.

A partir dessas considerações, podemos entender ainda que a formação pensada e realizada continuamente, tem como função proporcionar aos profissionais da educação o compartilhamento e a ampliação de seu conhecimento com outras áreas, promovendo dessa forma, a interdisciplinaridade e superando a dicotomização entre teoria e prática e o mundo da escola.

Nesse sentido, Freire (1996, p. 28) acredita que a formação humana consiste "em conhecer o conhecimento existente quanto saber que estamos abertos e aptos à produção do conhecimento que ainda não existe". Esse pensamento de Freire vem reforçar, mais uma vez, a relevância de promover situações de inserção do profissional da educação em ambientes propícios à formação continuada. Entretanto, pelo fato dessa qualificação poder acontecer no ambiente da escola, são necessárias certas atenções em relação à garantia de sua realização. Isso porque percebe-se uma dinamicidade maior nas atividades cotidianas desenvolvidas no interior da escola, em que as condições levam o educador a um constate envolvimento com o fazer pedagógico do processo ensino-aprendizagem.

Diante dessa observação, torna-se importante que o coletivo se organize a partir de um planejamento, para que uma atividade não prejudique o andamento da outra, ou seja, a formação não deve ser prejudicada e nem aligeirada em detrimento das demais atividades desenvolvidas cotidianamente pelo coletivo da escola.

Vale dizer ainda que a escola deve ser um lugar capaz de abrigar, discutir, incentivar e apoiar os diálogos que conduzem a uma abertura democrática no coletivo da comunidade escolar. Porque ela é, antes de tudo, um espaço político e, conseqüentemente, deve trabalhar no sentido de promover a transformação e a defesa dos profissionais enquanto seres intelectuais, que associam a reflexão à prática a serviço da formação dos educandos, para que eles sejam cidadãos reflexivos e ativos.

A partir das considerações a respeito da formação continuada, capacitação de professores e dada a sua relevância, percebe-se que é essencial colocar em prática o que determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB. 9394/96) quanto à estruturação e oferta dessa formação voltada para atender às necessidades dos trabalhadores em educação.

2.3. A especialização em PROEJA como processo de capacitação permanente dos profissionais da educação da rede pública de ensino

A efetivação do que diz a LDB 9394/96 a respeito da formação de professores, fez surgir a necessidade da criação de cursos voltados para o processo formativo contínuo do educador. Para atender a essa exigência, surge nesse contexto, a especialização em PROEJA - Programa de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos, com o objetivo de formar profissionais da educação para agirem, a partir da tomada de consciência das concepções e das práticas pedagógicas e metodológicas inerentes ao programa. O PROEJA, instituído pelo Decreto nº. 5.478, de 24/06/2005, revelava a decisão governamental de atender à demanda de jovens e adultos pela oferta de educação profissional técnica de nível médio, com o intuito de incluí-los em uma educação gratuita e de qualidade.

O Decreto que instituiu o Programa teve, inicialmente, como base de ação, a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica – CEFET/GO. Anteriormente ao Decreto 5.478/05, algumas instituições da Rede Federal de Ensino já desenvolviam experiências de Educação Profissional integrada à Educação de Jovens e Adultos. De modo que, juntamente com outros profissionais, a própria Rede de Ensino, instituições parceiras, gestores educacionais e estudiosos dos temas abrangidos pelo Decreto, passaram a questionar o Programa, propondo sua ampliação em termos de abrangência e aprofundamento em seus princípios políticos e epistemológicos.

Em 13 de julho de 2006, foi promulgado o Decreto nº 5.840 que, entre outras alterações, revogava o Decreto nº. 5.478, de 24/06/2005 e ampliava a abrangência do Programa para toda a educação básica na modalidade EJA, assumindo o PROEJA como um Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA).

O Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio com a Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, certamente foi elaborado no sentido de contribuir de forma positiva, direta e imediata para a qualificação profissional do sujeito. Entretanto, essa formação deveria ser pensada a longo prazo, numa dimensão ousada, para que a criação de condições pudessem oportunizar aos concluintes retomar sua trajetória educacional. A esse aluno será possível a sequência aos estudos, não apenas no nível médio, mas proporcionando a esse indivíduo a possibilidade de acesso ao ensino superior.

Assim, houve a interação dos sistemas públicos de educação, a fim de tornar realidade esse Programa, num movimento de luta constante, para que futuramente seja efetivado como uma política pública educacional. Com intuito de promover a divulgação e ampliar a proposta de implantação do PROEJA, coube à Rede Federal, incluindo as universidades, os CEFET's, escolas técnicas e agrotécnicas federais, ofertar o máximo de vagas no curso de especialização para os educadores, de forma a integrar as redes estaduais e municipais, no sentido de oportunizar aos educadores a participação na formação docente. Essa formação proporcionará, a partir da interação e conhecimento com o Programa, que a implantação seja viabilizada também nessas redes, para atender ao público estudantil que busca uma formação propedêutica e profissional de forma integrada.

Para tanto, está disposto no Documento Base do PROEJA, publicado em 2007, que o projeto da oferta de formação continuada dos profissionais da educação é fomentado e organizado pela SETEC/MEC. Essa formação deve acontecer sob a responsabilidade das instituições proponentes, que podem ser públicas do sistema de ensino federais, estaduais e municipais, e pelas entidades privadas nacionais de serviço social, aprendizagem e formação profissional, vinculadas ao sistema sindical (“Sistema S”).

Para viabilizar a ampliação e abrangência do PROEJA, os Centros Federais – CEFET's - ao ofertarem uma Formação Inicial e Continuada de qualidade para os profissionais da educação, estarão formando multiplicadores dessa possível política de integração, construção e interação do sujeito. Consta que as instituições proponentes devem contemplar, em seu Plano de Trabalho, a formação continuada para seus servidores, de forma a interar-se da dimensão do projeto. Assim,

A SETEC/MEC como gestora nacional do PROEJA será responsável pelo estabelecimento de programas especiais para a formação de formadores e para pesquisa em educação de jovens e adultos, por meio de:

- a)** oferta de Programas de Especialização em educação de jovens e adultos como modalidade de atendimento no ensino médio integrada à educação profissional;
- b)** articulação institucional com vista à cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado) que incidam em áreas a fins do PROEJA;
- c)** fomento para linhas de pesquisa em educação de jovens e adultos, ensino médio e educação profissional (Documento Base, 2007, p. 60, 61).

Nesse sentido, foi instituída a Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. A proposta de formação continuada expressa na Lei de Diretrizes e Bases – LDB tem por finalidade, garantir a promoção e a valorização dos profissionais da educação, no sentido de apoiá-los na constante interação entre teoria e prática, promovendo, sobretudo, a ação recíproca humana,

que possibilita a troca de informações. Essas informações, quando compartilhadas sistematicamente na prática, proporcionam a ampliação dos conhecimentos científicos e gerais, tão necessários à formação profissional humana.

È necessário entender que a especialização em PROEJA, enquanto projeto, veio concretizar o que já está determinado na LDB. E tem como finalidade a promoção da formação continuada de profissionais da educação, para que esse tenha acesso às informações e concepções que norteiam a estruturação e implantação do PROEJA, bem como ampliar seus conhecimentos acerca das mudanças de paradigmas nas bases educacionais.

Para melhor compreender a especialização ofertada pelo CEFET/GO, atualmente, IFG, torna-se relevante conhecer o histórico de implementação da referida especialização que encontra-se detalhado no projeto elaborado para especificar as etapas de implantação da especialização. De forma que, sua estruturação sucedeu da parceria entre CEFET/GO - IFG e FE/UFG. Isto devido à participação das referidas instituições em atividades voltadas para o tema da educação de Jovens e adultos, por meio do *Fórum Goiano de EJA*² e pela execução do Projeto de Pesquisa intitulado *O Proeja indicando a reconfiguração do campo da Educação de Jovens e Adultos com qualificação profissional - desafios e possibilidades*³. As discussões realizadas durante o desenvolvimento do projeto e do Fórum propiciaram condições para que as duas instituições, juntas, pudessem pôr em prática a idéia de ofertar a especialização em PROEJA para os profissionais da educação do Estado de Goiás.

No ano de 2006/2007, o CEFET/GO, atual IFG, sob a coordenação do CEFET/GO/MG, participou de uma primeira experiência de especialização, cujo tema era voltado para a integração da Educação Profissional e da Educação de Jovens e Adultos - EJA. Mas apenas uma experiência, possivelmente, seria insuficiente para delinear a dimensão do programa – PROEJA, conforme Edital foram disponibilizadas 40 vagas para a primeira turma, quantidade essa, insignificante para atender a demanda da comunidade de educadores.

Durante o desenvolvimento e a execução do projeto, acima citado, o CEFET/GO e FE/UFG perceberam afinidades nas ações conjuntas e, diante disso, a possibilidade de parceria para a estruturação do segundo curso de especialização em PROEJA em Goiás. As experiências de ambas colaboraram para a ação conjunta das duas instituições. De um lado, o CEFET/GO mostrava-se experiente em atuar no campo da Formação Inicial e Continuada e

² O Fórum Goiano de EJA é uma mobilização permanente das instituições e entidades que atuam no campo da Educação de Jovens e Adultos, reunindo-se todas as primeiras quintas-feiras do mês, na Faculdade de Educação da UFG, para discutir as políticas da EJA no Brasil e no Estado.

³ O referido projeto de pesquisa conta com o financiamento da CAPES e deverá ser executado no período de 2007 a 2010, tendo como entidades parceiras a UFG, UCG, UNB e o CEFET/GO

Formação Profissional Técnica de Nível Médio; e do outro, a FE/UFG no campo da EJA. A soma dessas experiências contribuiu para a consolidação do projeto de especialização em PROEJA. (Projeto Pedagógico de Pós-Graduação Lato Sensu – Pólo CEFET/GO)


Outro aspecto importante a ser mencionado é a parte legal que trata da junção das partes IFG e FE/UFG. Pretendia-se ainda firmar, além da parceria entre as duas instituições, um termo jurídico para estabelecer as atribuições de cada uma, quanto à implantação e ao desenvolvimento do projeto da especialização. Tendo em vista a amplitude e abrangência do curso, surgiu a possibilidade de parceria com as redes estadual e municipal de educação, sendo estas responsáveis em ofertar vagas para os profissionais de educação que já atuavam com as modalidades da EJA e da Educação Profissional, para que os educadores tivessem oportunidade de participar de uma formação voltada para a integração da Educação Profissional com a EJA.

Para tanto, foi criado o Regulamento Específico do curso de Especialização em Educação Profissional Integrada a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos do CEFET/GO. Nele estão expressas as finalidades e definições que amparam o exercício das partes e o pleno funcionamento do curso de especialização em PROEJA, proporcionado ao participante, dados relevantes quanto à elaboração do curso.

Ainda está disposto no Regulamento, cap. I Art. 1º que “o intuito da Especialização é fortalecer a política nacional de oferta da educação integrada com o trabalho, ciência, técnica, tecnologia e humanismo, visando ao efetivo exercício da cidadania”. Além da finalidade do curso, que especifica também as atribuições de cada órgão quanto ao cumprimento das normas para o pleno funcionamento da especialização:

- a) Compete ao MEC disponibilizar os recursos necessários para a realização do curso, bem como as condições necessárias ao andamento desta política;
- b) Compete ao CEFET/GO a coordenação e oferta do curso no Estado de Goiás e no Distrito Federal;
- c) Compete às secretarias estadual e municipais de ensino e ao sistema de ensino do Distrito Federal responsabilizar-se pelas condições necessárias à frequência no curso, bem como assegurar ao cursista o seu vínculo com as atividades de educação de jovens e adultos, integrada ou não a Educação Profissional. (Regulamento Específico do Curso de Especialização em Educação Profissional Integrada a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos)

De acordo com o exposto no Regulamento, percebe-se que o projeto contempla o envolvimento das esferas Federal, Estaduais e Municipais públicas de ensino. Compõe a estrutura do Projeto, o MEC, órgão deliberativo dos recursos, os CEFET's, instituições



proponentes do curso e, juntamente, os órgãos estaduais e municipais com a co-participação do corpo docente. O trabalho de pesquisa sobre a EJA e a dedicação dos professores dos CEFET`s foram essenciais para efetivar, de maneira democrática e participativa, o processo de desenvolvimento da especialização em PROEJA.


O acesso ao Projeto e ao Regulamento do curso foi imprescindível para melhor compreendermos os caminhos percorridos, da implementação e a implantação da especialização, numa perspectiva de formação de profissionais da educação, pois neles constam as competências e responsabilidades de cada órgão. Sendo de competência do MEC a disponibilização de recursos e condições favoráveis para o bom funcionamento e andamento do curso, espera-se que, no futuro próximo, se configure como parte de uma política pública, e não meramente como um programa, sujeito às simpatias e interesses das gestões governamentais.

Mediante a estruturação do projeto, análise e aprovação do MEC, foi viabilizada uma parceria com a instituição que iria pôr em prática a realização do projeto. Por ser assim, coube aos CEFET`s, responsabilizarem-se pela estruturação e oferta da referida especialização, cujo objetivo, contemplado no Projeto do CEFET/GO - IFG é formar profissionais da rede pública de ensino para atuar na elaboração de estratégias, favorecendo o desenvolvimento do ensino-aprendizagem. Fazia parte dos procedimentos dessa formação, dinamizar condições que favorecessem a proximidade da Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos.

E, por último, ficaria a cargo das secretarias estadual e municipal de ensino e do sistema educacional do Distrito Federal, a responsabilidade em assegurar, tanto a frequência quanto o vínculo do cursista nas atividades desenvolvidas no Curso.

Em 2007/2008, após a conclusão da experiência com a turma piloto/2006, o Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás – CEFET/GO e Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás - FE/UFG, entenderam que o Estado de Goiás poderia ser um Pólo formador no campo da formação de profissionais da rede pública de ensino. Esse Pólo seria voltado para a Educação de Jovens e adultos, Integrada à Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores e Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

Desse entendimento foram estruturadas mais três turmas. A turma “A”, que funcionou na unidade do CEFET/GO em Jataí, interior do Estado. As outras duas funcionaram na grande Goiânia, cada turma foi composta, basicamente, por 35 alunos, sendo a “B”, sediada no campus do CEFET/GO e a “C” na Faculdade de Educação – UFG.



Dada a extensão do Projeto, percebe-se que a parceria entre CEFET/GO e FE/UFG, foi positiva, pois juntas, conseguiram estruturar ao mesmo tempo três turmas, abrindo espaço para atingir um número maior na capacitação de profissionais da educação.

2.4. Formação Integrada - superação da educação dualista: possibilidades e desafios na organização curricular da escola

O intuito dessa especialização, de acordo com o seu Projeto, não se restringia apenas em capacitar profissionais da educação, mas principalmente, conscientizá-los da importância do PROEJA enquanto processo educativo no preparo do cidadão para além da formação Profissional. Evidencia ainda, a necessidade de conduzir os educadores a refletirem e compreenderem que a dimensão do Programa consiste na possibilidade do resgate social, histórico e cultural dos sujeitos que vivem à margem do sistema educacional brasileiro.

De acordo com Ciavatta (2005, p.85), quando diz que “a emancipação humana se faz na totalidade das relações sociais onde a vida é produzida”, é a partir dessas relações que construímos nosso ser, imprimimos nossa marca enquanto indivíduo único na construção da identidade. Portanto, a universalização da educação configura um novo panorama social, em que haverá igualdade de direitos e liberdade entre os homens. Marise Ramos, (2005, p. 107), completa que é através da “relação consigo mesmo e com os outros, com a natureza, com o mundo e com o trabalho, que o ser humano produz sua própria existência” por meio de sua essencialização, não apenas como espécie, mas como sujeito singular que, constantemente busca conhecer e compreender sua realidade, visando melhores condições de existência.

Mesmo enfatizando os pontos positivos na realização da referida especialização, é importante salientar que pontos negativos também marcaram a continuidade desse processo. Vale considerar que, num curso em processo de implantação, pontos negativos e positivos não de existir, pois são estes que possivelmente promoverão na práxis momentos de observações e reflexões que futuramente tornar-se-ão objeto de transformação na estrutura de novas turmas.

A partir das considerações já feitas, pretende-se ainda, contemplar alguns aspectos importantes referidos nos Documentos Base de estruturação da especialização do PROEJA. A idéia é explicitar que o Regulamento foi criado como ponto de partida, no sentido de evidenciar as especificidades contidas no curso. Quanto às entidades proponentes, o referido documento afirma em seu Art. 2º que: “o curso de especialização em PROEJA será oferecido pelo CEFET/GO em parceria com a UFG/FE, por intermédio de convênio que será

estabelecido entre as instituições.” Em relação às finalidades do curso, o Art. 3º apresenta nas letras “a” e “c” que:

a) formar em nível de especialização profissionais das redes públicas federal, estadual e municipais para atuar na elaboração de estratégias educacionais e de prever as condições necessárias e as alternativas possíveis para o desenvolvimento adequado da Educação Básica de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional, considerando as peculiaridades as circunstâncias particulares e as situações contextuais concretas em que este campo tem sido atendido nas redes públicas de ensino;

b) Fortalecer no Estado de Goiás e no Distrito Federal, uma rede de profissionais voltados à atuação em EJA com formação profissional, contribuindo para a elevação da escolaridade do público jovem e adulto nessa região.

A elaboração das finalidades estabelecidas no Regulamento de implantação de um determinado curso, além de especificar as ações das partes, busca socializar de maneira explícita, as intenções contidas no projeto. Percebe-se ainda que esse processo de construção, e divulgação, tem por finalidade, não apenas flexibilizar as ações, mas também permitir maior autonomia no desempenho e na realização dos procedimentos previstos no momento de pôr em prática o que foi planejado.

Tais procedimentos direcionam e fortalecem a organização acadêmica do curso, e ademais, dimensiona a participação do corpo docente, bem como a compreensão que o discente terá, desde sua entrada até a conclusão do curso de especialização. A partir da leitura do projeto, percebe-se que a especialização em PROEJA, traz em sua estrutura a proposta da essencialidade da integração curricular, tendo-a como um dos objetivos norteadores dos princípios que compõem o universo da concepção de formação dos profissionais da educação, que visa contemplar a reflexão crítica, em que o educador não seja um mero executor de funções, mas sim compreender que precisa estar em constante processo de formação, participando das várias formas de construir o conhecimento na relação de si para com o outro e para com o mundo.

A formação continuada não pode ter um caráter meramente aligeirado, ela precisa entrelaçar teoria e prática num movimento interdisciplinar. Como diz Gilberto Gil em sua canção *A Linha e o Linho*, “como se eu fosse o pano e você fosse a linha”. No cotidiano, o educador também poder ser esse poeta, à medida em que estabelece vínculos com o aluno, vai “bordando ponto-a-ponto o dia-a-dia” “entrecruzando os fios” do saber, que, num movimento articulado, pouco a pouco vai democratizando as relações do ensino e da aprendizagem.

Nesse sentido, os profissionais da educação precisam de uma formação continuada que os oportunizem a essa interdisciplinaridade, que associa conhecimento, realidade, prática e

■

formação, no sentido de produzir as condições essenciais na superação da fragmentação educacional. A esse respeito, Saviani (2003, p. 2) diz que é por meio da atividade do trabalho, que:

“(...) o homem vai produzindo as condições de sua existência, transformando a natureza e criando, portanto, a cultura e um mundo humano. Esse mundo humano vai se ampliando progressivamente com o passar do tempo. Na formação dos homens, deve-se considerar o grau atingido pelo desenvolvimento da humanidade. Conforme se modifica o modo de produção da existência humana, portanto o modo como o ser humano trabalha, mudam as formas pelas quais os homens existem”.

O trabalho como condição da formação humana fica bem definido por Saviani. O autor expõe o caminho que o homem, enquanto ser pensante precisa percorrer para desenvolver, por meio do trabalho, sua própria existência. Para essa construção, o homem, através do trabalho vai transformando a natureza para, aos poucos, ir superando, desde as pequenas limitações, às mais significativas transformações no processo de desenvolvimento na construção de sua existência. Portanto, o aperfeiçoamento da produção do trabalho por meio do constante refazer, gradativamente, leva o homem a superar suas limitações, porque está constantemente, modificando o meio, o modo de produção e sua própria existência através do conhecimento, mudando, portanto, até as formas pelas quais ele é produzido. Da mesma forma em que se dá o trabalho para a formação do homem e sua condição de existência, se dá, também, o processo educativo.

E para tanto, é essencial a conscientização do educador quanto ao currículo integrado que, para Ciavatta (2005, p. 87), dentro dessa proposta de educação integrada, sintetiza a “superação de uma educação dualista”, fragmentada e descontínua; que, aos poucos surge, para assumir o desafio de uma “formação integral e integrada”, com o objetivo de formar para a vida, conseqüentemente, atribuindo ao sujeito o “direito de ser e estar” no mundo.

A partir dessas considerações, fica clara a necessidade de organizar os componentes curriculares e as práticas pedagógicas, associando-os aos pressupostos de análise de totalidade do real como síntese das diversas determinações que para isso, propõe o currículo integrado. De acordo com Ramos (2005, p. 122), a integração do currículo exige uma construção “contínua entre os conhecimentos gerais, específicos e práticos e, sob a orientação desses conhecimentos está a vida, o trabalho, a ciência e a cultura do indivíduo” que, quando consciente de suas ações, descobre que elas podem determinar a construção do mundo desejado.

A esse respeito, Freire (1987, p. 90) ilustra dizendo que: “Os homens, pelo contrário, porque são consciência de si e, assim, consciência do mundo, porque são um “corpo

consciente”, vivem uma relação dialética entre os condicionamentos e sua liberdade”. Diante do exposto, ao conceber a construção e estruturação da formação continuada como processo de capacitação de professores, seja para profissionais da educação, ou de outros segmentos, torna-se relevante buscar a interdisciplinaridade, a interação com o mundo e a realidade da qual fazem parte, dessa forma:

a interdisciplinaridade deverá delinear a atuação dos profissionais da educação. (...) e que esse coletivo precisa atuar de forma unificada a partir de objetivos comuns, mantendo um grau elevado de maturidade, com a práxis do cotidiano da escola. (Brzezinski 1998, p.173).

Nesse contexto, a importância dispensada à formação continuada desses profissionais, revela que os mesmos são valorizados e, conseqüentemente, são levados a reconhecer de que é dele, também, a responsabilidade social da construção de uma sociedade mais democrática, mais justa e igualitária.

2.5. Experiências vivenciadas pelos discentes durante a realização do curso de especialização em PROEJA no IFG

Durante o desenvolvimento da referida especialização, os alunos que ali estavam participando dos encontros, promovidos a cada 15 (quinze) dias no IFG, perceberam que o procedimento de formação ofertada estava possibilitando a eles, por meio da interação, da troca de experiências e dos estudos, a descoberta de novos conhecimentos e novas práticas. Reconheceram, ainda, que os paradigmas educacionais estavam adquirindo uma nova face, abrindo a possibilidade de uma nova perspectiva de educação emergir daqueles encontros, entrecruzados e mediatizados pelo processo dialógico entre educadores e ‘educandos’.

A cada encontro, nas conversas informais, percebia-se diante dos desafios, novas possibilidades, essas levavam a compreender que formar na nova perspectiva educacional, significava considerar aspectos relevantes que associam o educador à sua práxis cotidiana. A “bagagem” trazida pelo educador, advinda de experiências formais e informais, na relação com o outro passou a exercitar e a construir os saberes a partir da vivência. Dessa forma, quando os alunos e professores encontram-se envolvidos com a escola e seus projetos, surge dessa troca de experiência, as várias formas de conhecimentos.

A partir dessa reflexão, percebe-se que a formação de docentes não se constrói somente por acumulação (de cursos, de conhecimento ou de técnicas), e sim, por meio do envolvimento direto com o trabalho e com as relações que promovem, a todo instante a reflexão crítica sobre as práticas, promovendo, dessa forma, a (re) construção permanente de

uma identidade pessoal desse educador. Assim, a formação passa a ser o elo entre os saberes técnicos/teóricos e os conhecimentos práticos.

Para tanto, é necessário que o “educador-aluno” sinta-se respeitado como pessoa, que seja considerada a sua integridade física e moral, principalmente seus valores sociais. Compreender e considerar que, como pessoas, os educadores são seres incompletos e eternos aprendizes e que, a partir de uma formação contextualizada, buscam transformar-se, entender o grupo no qual estão inseridos e ressignificar suas práticas pedagógicas.

Mediante essas considerações, acreditamos ser relevante observar que a especialização em PROEJA ofertada pelo CEFET/GO, atual IFG, veio de encontro com os propósitos da formação continuada, cuja finalidade da ação conjunta é desenvolver nesses profissionais uma atitude cotidiana de refletir sua prática, para compreender os processos de aprendizagem e desenvolvimento de seus alunos e, a partir desse movimento, ir organizando e adquirindo sua autonomia na interpretação da realidade e dos saberes, presentes no fazer pedagógico da comunidade escolar. Portanto, entende-se que a formação continuada não significa uma simples aquisição de conhecimentos, vai além, porque promove a interação sujeito-mundo, no sentido de dar e receber significações.

Nesse contexto, o corpo docente do curso de especialização ofertado pelo CEFET/GO, atual IFG, tentou promover uma prática “transformadora”, constituída pela teoria e pela ação, na elaboração de uma proposta pedagógica, em que os alunos, fossem considerados sujeitos da própria atividade política, e não sujeitados a ela. Contudo, observou-se que a interpretação do grupo de alunos acerca da vivência da teoria e da prática, parecia distanciada da proposta ofertada pelo currículo do curso, no caso a integração. Essa interpretação, aliada à realidade dos alunos, fez desencadear ações e reações muitas vezes desafiantes quanto à compreensão do processo de produção do ensino/aprendizagem e o cumprimento da grade curricular.

Essas experiências pareciam frustrar as expectativas de produção dos alunos em relação à pontualidade e a qualidade na participação das aulas. Vale ressaltar que tais experiências puderam ser observadas tanto na especialização ofertada em 2006, quanto na de 2007. As falas a seguir visam ilustrar essa realidade:

Grupo A⁴

“... por ser a primeira turma acho que o conteúdo programático poderia ter sido mais focado para a prática e não somente a teoria, pois quando fui escrever o trabalho final senti dificuldade de converter tudo isso para a realidade do programa, da escola e da região”.

⁴ O Grupo A é composto por alunos da especialização do ano de 2006, e participaram da pesquisa por amostragem.

Grupo B⁵

“Por se tratar de pessoas adultas e já comprometidas com a educação, mesmo que ainda estejamos aquém do conhecimento de nossos mestres, acho que os trabalhos deveriam ser realizados em grupo dentro do período estipulado para as exposições das aulas, pois trabalhando em grupo e com auxílio do professor o nosso rendimento é bem mais proveitoso, ao passo que estas atividades realizadas individualmente e extra-classe nos causa transtorno, pois nem sempre temos tempo suficiente para produzir os textos e refletir o necessário sobre o texto. Não digo que deva ser totalmente excluído a tarefa de produzir textos extra-classe e individualmente, mas que seja repensado esta questão, conciliá-la melhor de acordo com a realidade do curso”.

Percebe-se que as falas acima, tanto do **Grupo A** quanto do **Grupo B**, revelam as mesmas dificuldades vividas em relação aos desafios entre a capacidade de produção dos alunos e a expectativa dos educadores, no que se refere ao cumprimento do programa estabelecido pelo curso.

Diante do exposto, observou-se que o grupo de professores, buscou viabilizar estratégias diferenciadas, surgidas a partir da reflexão na e sobre a prática, no sentido de reestruturar a interação entre sujeito, ensino e aprendizagem. Nesse sentido, a fala a seguir evidencia essa realidade:

Grupo B

“Enquanto aluna, pude perceber que no início do curso aconteceram situações em que ficaram claras a incompatibilidade entre o que os professores esperavam dos alunos e o que nós poderíamos oferecer em virtude da nossa realidade enquanto trabalhadores, pais de família... No entanto no decorrer da especialização observei um esforço por parte da coordenação do curso e dos professores no sentido de buscar atender as nossas realidades sem, contudo diminuir a qualidade do curso”

Assim, o movimento de ação-reflexão-ação entre os grupos de professores e alunos, contribuiu para traçar uma proximidade entre a teoria e a prática. Dessas circunstâncias surgiu o entendimento da teoria que se quer assumir e a prática que se quer ressignificar, e nesse movimento foram sendo traçados novos caminhos no sentido de atender, não somente a realidade dos alunos, como também atingir os objetivos propostos pelo programa da especialização. Podemos concluir que tais experiências contribuíram para a ação-reflexão crítica, a qual se constroi a partir das indagações daquilo que se faz. Para ilustrar essa realidade, Freire (1996, p. 39, 42) diz que:

A formação docente *que se julgue superior (...)* não faz outra coisa senão trabalhar em favor dos obstáculos. Por isso, na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática.

⁵ O **Grupo B** é composto por alunos da especialização do ano de 2007, e participaram da pesquisa por amostragem.




Diante do exposto, compreende-se que a teoria precisa ser vivenciada e associada dialogicamente à prática. Ela deve ser vista e pensada numa dimensão crítica e reflexiva e, a partir dessa relação, cabe ao educador recriá-la com o intuito de promover uma formação realmente democrática e de forma a superar os obstáculos que pressupõem uma apreensão fragmentada da realidade.

No início da especialização ofertada pelo IFG, percebemos muitas angústias se propagando durante os encontros, uma delas devia-se ao descompasso entre teorias e práticas, essas se entrecruzavam, porém, às vezes pareciam duais, diante das propostas de estudo, teoria e prática precisavam assumir um mesmo sentido. Diante dessa realidade, a competência e experiência dos professores envolvidos na realização da especialização, foram de fundamental importância para a recondução e redimensionamento de um novo caráter formativo. A teoria, que outrora parecia desarticulada da prática, adquiriu uma dimensão favorável, a partir das concepções críticas às ações que se propunham. O processo de reflexão crítica despertou a conscientização das partes de que a relação ensino-aprendizagem se concretizava na mediação e no diálogo. Por isso, o refletir e o repensar das ações pedagógicas dos professores envolvidos durante o processo formativo, foram fundamentais na superação de obstáculos.

A partir dessas considerações, percebeu-se que a ação-reflexão docente, levou ao entendimento de que a formação que se julgue superior, não pode estar desarticulada dos pressupostos democráticos, na construção de uma prática com real significado.

De acordo com Freire (1996, p.77), “ninguém pode estar no mundo, com o mundo e com os outros de forma neutra”. Conforme o pensamento de Freire, não existe neutralidade nas relações sociais. É natural que uma nova proposta traga mesmo a probabilidade de conflitos e desafois, quando exposta a uma diversidade de pessoas com ideologias diferentes. Considera que as experiências conflituosas se fazem necessárias, porque através das divergências é possível detectar que o funcionamento não vai bem e, a partir delas, pode-se concretizar o equilíbrio e as soluções, e por esse motivo, podem ser melhoradas significativamente.

A esse respeito, Freire (1987, p. 78) acrescenta que: “Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão”. Portanto, faz parte do crescimento humano os desafios e as descobertas e, com elas, os descontentamentos que, se vistos e encarados de maneira amadurecida, tornam-se elementos transformadores da realidade, dimensionando-a para a práxis.



Os embates que ora provocava certo desconforto, motivaram a busca por novos rumos na tentativa de fortalecer a proposta pedagógica desenvolvida pelos professores que atuavam na especialização em PROEJA. As ações negativas como a divergência na realização das atividades em relação a disponibilidade do tempo para a realização das atividades, requeriam proximidade entre teoria e prática, a desarmonia entre uma e outra, desencadeava conflitos em relação à compreensão do processo de produção e, conseqüentemente do ensino/aprendizagem, interferindo também no cumprimento da grade curricular. Houve, portanto, a necessidade de um movimento reflexivo entre alunos e professores e, a partir da metade para o final do curso, essa ação redesenhou uma nova perspectiva de formação continuada, capacitação de professores no IFG.

Como diz João Cabral de Melo Neto (1966, p. 20), “Um galo sozinho não tece uma manhã: ele precisará sempre de outros galos (...)” “para que a manhã (...)” “se vá tecendo, entre todos os galos (...)”. Assim são as experiências a serem construídas. Às vezes, é necessário repeti-las de variadas formas para chegar a um resultado satisfatório, é preciso ainda ter consciência de que na vida, nada é estático, que o mundo se flexibiliza a todo instante, e o homem deve acompanhar essa flexibilidade. A especialização em PROEJA ofertada pelo CEFET/GO, atual IFG, pode configurar essa flexibilidade entre homem e mundo.

Nesse sentido, Freire expõe que “a relação sujeito-sujeito e sujeito-mundo são indissociáveis”. E acrescenta ainda (2002, p. 68) que "ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo". Nessa perspectiva, Freire critica a relação autoritária entre os grupos sociais, e acrescenta que, quando o homem toma consciência de que é um ser inacabado, esse fato se constitui um dado fundamental no processo de libertação entre opressores e oprimidos. Assim como os homens, a realidade também é inacabada, o que permite agir no sentido da transformação de tudo e de todos. Vale dizer que a especialização em PROEJA pode se configurar também como um processo inacabado que, com a participação dos envolvidos, venha se redimensionar de forma a atender os anseios e necessidades daqueles que dela participam.

Assim, a transformação do Projeto de Especialização - PROEJA, em formação continuada permanente - capacitação de professores, se viabilizada, permitirá ao profissional da rede pública de ensino, seja da esfera federal, estadual, ou municipal, oportunamente participar do processo de construção de um novo perfil do profissional da educação que vem sendo redefinido ao logo da primeira década do século XXI.



É interessante ressaltar que a defesa em prol da permanência de uma formação continuada, não se trata somente da disseminação de uma nova modalidade de educação instituída por meio do Decreto 5.840/07, porque, antes do Decreto que implementou e instituiu o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, já haviam leis em defesa da implementação e institucionalização da Formação Continuada de Trabalhadores em Serviço.

Percebe-se que falta firmeza na consolidação das leis brasileiras, elas são instituídas, porém, nem sempre as políticas públicas são mantidas no sentido de fechar os ciclos propostos durante o processo de alternância dos governos. Não adianta implementar e nem instituir novas leis e políticas públicas, se as que já existem não forem trabalhadas numa dimensão de perenidade, no sentido de garantir e dar condições de forma interarticulada entre o ser, o saber, o existir e o fazer. As ações desses verbos transformarão as possibilidades em realidades quando educação e formação permanente fundem-se para autonomia da reconstrução de uma nova concepção social educativa.



Capítulo III

FORMAÇÃO CONTINUADA PERMANENTE DE EDUCADORES

3.1. Horizontes rumo à efetivação da formação continuada

O principal objetivo deste capítulo é definir formação continuada de educadores, sua importância para os profissionais da educação e as expectativas enquanto capacitação a partir do curso de **Especialização em Educação Profissional Técnica Integrada ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA**, oferecido pelo IFG. Cabe ainda, tecer comentários acerca da formação enquanto experiência formativa e sua contribuição para a vida pessoal e profissional dos educadores.

Há muito ouvimos falar em formação continuada, capacitação de professores, essa ação tem se configurado em um constante e frenético ir e vir de “vontades” que a formação permanente seja posta em prática. Entretanto, estamos falando de uma capacitação de educadores que de tanto pensada, medida e pesada, não se concretiza continuamente, por causa dos procedimentos burocráticos que cerceiam e envolvem a criação e a permanência de políticas públicas específicas que visam a formação continuada.

Assim, não basta apenas a “vontade”, restringe-se a possibilidade da efetivação de uma formação continuada permanente de educadores. É preciso sair do nível das idéias para o plano das ações. A concretização de uma formação permanente esbarra, além de tudo, nas dificuldades, que vão desde a liberação de verbas à efetivação de políticas públicas, no sentido de garantir a perenidade dessa “modalidade” de formação para docentes. Aliado a isso, a falta de estrutura física de profissionais capacitados e envolvidos na superação dessa realidade, dificulta a construção continuamente o prosseguimento e a estabilidade do processo formativo.

A formação permanente, para Paulo Freire, se justifica pela “condição de inacabamento do ser humano e consciência desse inacabamento”. Segundo Freire (2002, p. 56), o homem é um ser inconcluso e deve ser consciente de sua inconclusão, através do movimento permanente de busca na superação dessa condição de inacabado:

A educação é permanente não por que certa linha ideológica ou certa posição política ou certo interesse econômico o exijam. A educação é permanente na razão, de um lado, da finitude do ser humano, de outro, da consciência que ele tem de finitude. Mas ainda, pelo fato de, ao longo da história, ter incorporado à sua natureza não apenas saber que vivia mas saber que sabia e, assim, saber que podia saber mais. A educação e a formação permanente se fundam aí. (FREIRE, 1997 p. 20).

É importante lembrar que a formação continuada de educadores já não é uma proposta, e sim, uma conquista aprovada pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB - 9.394/96), como instrumento que permite ao professor a reflexão coletiva de suas ações cotidianas, no sentido de garantir e legitimar a capacitação de docentes.

O processo de formação continuada não deveria acontecer de forma aligeirada, descontínua e fragmentada, dessa maneira, como tem sido ofertada, é contraditória à postura reflexiva. Postura essa que veio para romper com os modelos conservadores e tradicionais. Diante do exposto, Moreira propõe que o processo de ensino-aprendizagem da escola, numa visão emancipatória, deve enfrentar e romper com as formas tradicionais, assim:

A formação continuada deve representar uma ruptura com os modelos tradicionais e também representar capacidade do professor entender o que acontece na sala de aula, identificando interesses simplificativos no processo ensino-aprendizagem na própria escola, valorizando e buscando o diálogo com colegas e especialistas. (MOREIRA 2003, p. 126-127).

Contrário ao processo da educação conservadora, a ação reflexiva requer do professor, além do saber fazer, que ele possa saber explicar conscientemente a sua prática e decisões tomadas, e perceber se essas decisões são as melhores para favorecer a aprendizagem do seu aluno. Assim, é pertinente dizer que a reflexão para a ação é a reflexão desencadeada antes da realização da ação pedagógica acerca do conhecimento que se encontra implícita na ação.

Portanto, a formação continuada de professores está diretamente vinculada às expectativas econômicas, políticas, culturais e geográficas que compõem o quadro da moderna sociedade brasileira, na qual e para quem está posta a educação, sendo ela o eixo norteador de um processo em permanente transformação e promoção social do sujeito. Assim, a formação consiste em construir conhecimentos e teorias sobre a prática docente a partir da reflexão crítica, conforme definição:

A formação terá como base uma reflexão dos sujeitos sobre sua prática docente, de modo a permitir que examinem suas teorias implícitas, seus esquemas de funcionamento, suas atitudes etc., realizando um processo constante de auto-avaliação que oriente seu trabalho. A orientação para esse processo de reflexão exige uma proposta crítica da intervenção educativa, uma análise da prática do ponto de vista dos pressupostos ideológicos e comportamentais subjacentes. (FREIRE 2001 p.48-49).

Para tanto, o conhecimento na ação resulta do conjunto de saberes interiorizados advindos de suas experiências anteriores (conceitos, teorias, crenças, valores, procedimentos), a partir da vivência cotidiana posta em prática, muitas vezes, de forma inconsciente e mecânica nas ações do dia-a-dia do professor e em situações reais do exercício profissional.



A partir desse entendimento, a formação de professores demanda a compreensão e a promoção das condições reais e objetivas na prática desse trabalho. Vale dizer ainda que não basta criar condições para tal, é necessário também pensar no currículo e nas relações decorrentes da teoria e da prática do ensino-aprendizagem. E também, no processo de permanente construção do saber do docente, advindos das teorias e das práticas por meio das relações estabelecidas no decorrer da vida. Nessa perspectiva surge a necessidade de articulação da formação inicial com a formação continuada, mediada pela própria prática pedagógica.

Diante das considerações, buscamos uma formação que consista em construir conhecimentos e teorias sobre a prática docente, a partir da reflexão crítica. Essa formação deve considerar o conhecimento na ação; que pressupõe a reflexão na ação; e ainda a reflexão sobre a ação; e, por fim a reflexão para a ação. Aqui se entende por ação toda atividade profissional do professor, desempenhada em um contínuo processo de ação-reflexão-ação, resultado do encontro da prática pedagógica com o conhecimento teórico.

Para tanto é essencial pensar em uma formação continuada de educadores em que as escolas possam ser o principal espaço, e propício para o desenvolvimento de uma democracia crítica. E através de projetos articulados a partir da reflexão conjunta, seja ainda um terreno fértil na defesa dos professores como intelectuais capazes de combinar a reflexão e prática, na construção de uma educação em que os alunos se tornem cidadãos reflexivos e ativos.

3.2. CEFET: Especialização em PROEJA - metodologia, análise e relevância

A discussão a seguir, trata da análise crítica da referida pesquisa realizada com alunos da **Especialização em Educação Profissional Técnica Integrada ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA**, do Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás em parceria com a Universidade Federal de Goiás – UFG, no período de 2006 a 2009. Traz também o procedimento metodológico adotado na coleta dos dados que norteou o desenvolvimento e possibilitou a viabilidade desse trabalho.

O objetivo geral desse trabalho é verificar e compreender a importância da **Especialização em Educação Profissional Técnica Integrada ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA**, ofertada pelo IFG, enquanto formação continuada, como processo de capacitação para os profissionais da educação da rede pública de ensino, para atuarem como docentes e multiplicadores dessa nova modalidade. A partir da coleta de dados via questionário, foi possível analisar e entender os desafios surgidos

no decorrer do curso e como se deu a superação dos mesmos por alunos e professores. Quanto aos objetivos específicos, tratam de analisar o desenvolvimento da formação continuada no CEFET/GO, atual IFG, visando compreender a experiência formativa e sua contribuição para a vida pessoal e profissional dos educadores. E, por fim, verificar a importância, o interesse, as possibilidades e a necessidade de futuras especializações com caráter de formação continuada permanente; para profissionais da educação da rede pública de ensino do Estado de Goiás das esferas; federal, estadual e municipal, no IFG campus de Goiânia.

A partir dos objetivos expostos foram desenvolvidas as seguintes perguntas para a realização da pesquisa:

1 – É importante, de interesse e necessária a **Especialização em Educação Profissional Técnica Integrada ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA**, ofertada pelo IFG, como processo de capacitação para os profissionais da educação, para atuarem como docentes e multiplicadores dessa nova modalidade educacional?

2 – Existe a possibilidade da especialização em PROEJA, assumir um caráter de formação continuada permanente, sendo reeditada por tempo indeterminado para os profissionais da rede pública de ensino do Estado de Goiás? Quais os desafios e contribuições dessa formação para a vida profissional e pessoal do educador e para o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem?

A pretensão dessas questões consistiu em observar os procedimentos aplicados à realização e o desenvolvimento da especialização em PROEJA, enquanto formação para educadores ofertada pelo IFG durante a realização do curso no período de 2006 a 2008. Pretendeu ainda discutir as possibilidades dessa formação, assumir caráter permanente na capacitação do educador, e que essa seja, um instrumento a mais de ação-reflexão sobre sua prática, para que esse profissional possa atuar com segurança nessa nova modalidade de educação – PROEJA.

Sendo assim, Ramos (2005, p. 114) acredita que “o homem é um ser histórico e social que age sobre a natureza para satisfazer suas necessidades e nessa ação produz conhecimentos sobre si e sobre tais transformações”. Diante do exposto, para elaboração desse trabalho, foi adotado o método analítico, que é focado na pesquisa social, e sua característica é buscar respostas de um determinado grupo social. Ademais do método, foi feita a opção pela pesquisa qualitativa, pelo fato de sua abordagem ser uma das formas mais adequada para entender a natureza de um fenômeno social.

Para a fundamentação teórica foi desenvolvida a pesquisa bibliográfica e, simultaneamente, realizados procedimentos utilizando a aplicação de questionário,

instrumento esse, que representa a amostra significativa da coleta de dados, principal instrumento de avaliação e análise dos dados utilizados para o desenvolvimento da pesquisa. O questionário foi aplicado para dois grupos de alunos, sendo um da especialização em PROEJA no IFG, em 2006 e outro na turma de 2007. O procedimento de investigação foi para verificar a importância da formação, as possibilidades de ser reeditada (caráter permanente) e os desafios a serem superados mediante o processo de desenvolvimento da formação continuada nas instituições de ensino público federal.

No final desse trabalho foram disponibilizados os anexos; I e II. O anexo I refere-se ao questionário elaborado e aplicado na coleta de dados, o anexo II são os questionários com as respostas obtidas dos informantes, material de grande valia na composição dessa análise. O que motivou a escolha do tema formação continuada, capacitação de professores foi o fato de essa modalidade ser uma proposta de reflexão conjunta entre educadores, surgida a partir de desafios emergidos no cotidiano da referida especialização por meio da ação pedagógica. Quanto à referência bibliográfica adotada para a realização desse trabalho, vale dizer que ela me possibilitou um conhecimento mais aprofundado acerca do assunto, que associado à coleta de dados via questionário produziu elementos essenciais para a compreensão do significado dessa formação, enquanto processo formativo para o universo de educadores. O desenvolvimento do tema, veio de forma muito oportuna, pois a própria especialização propiciou essa percepção, à medida que foram surgindo os desafios e a necessidade de ajustar a realidade das atividades ao programa do curso.

Considerando o tempo de produção entre a pesquisa bibliográfica e o desenvolvimento da escrita, estima-se que foram disponibilizados em torno de três meses para a estruturação do texto, além de mais dois meses para a aplicação, coleta de dados e execução da análise. Portanto, do início à finalização desse trabalho, o tempo estimado ficou em torno de seis meses. Vale dizer também que houve escassez de informações no momento da consulta de material, dificuldade quanto à devolutiva dos questionários respondidos, o acesso a endereços eletrônicos e o suporte necessário para acessar documentos, somando pontos negativos no desenvolvimento da investigação dos dados. Apesar do exposto, a pesquisa e análises não foram comprometidas em razão da inacessibilidade de material. A realização do levantamento e o acesso ao material para essa pesquisa, sucedeu por meio de sítios do CEFET/GO, Ministério de Educação - MEC, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas - INEP, e-mail, internet e a biblioteca. Todos os elementos pesquisados e utilizados tais como: cópias, literatura e, principalmente o questionário, foram subsídios essenciais na composição e análise dos dados estruturantes desse trabalho monográfico.

De acordo com Mendonça (2008, p. 35-36), na investigação científica, existem subsídios essenciais a respeito dos aspectos teóricos e metodológicos, os quais devem ser observados na realização da pesquisa. Segundo o autor, na pesquisa descritiva os fatos são observados, registrados e descritos sem que o pesquisador interfira neles. Sendo assim a *Análise por amostragem* é uma técnica de pesquisa na qual um sistema preestabelecido de amostras é considerado idôneo para representar o universo pesquisado, com uma margem de erro aceitável, a partir desse entendimento, a realização da análise partiu de fragmentos das respostas emitidas pelos informantes nos questionários.

Vale ressaltar, que para realizar esse trabalho monográfico; foi necessário desenvolver um questionário que abrangesse as turmas de alunos da especialização de 2007 em andamento, coordenada pelo IFG e em parceria com a Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás – UFG, e a turma piloto, estruturada em 2006 sob a coordenação do CEFET/MG concluída em 2008 no IFG - campus Goiânia. A escolha dos participantes foi pensada a partir da divisão entre os que já haviam concluído a especialização e os que ainda estavam por concluí-la em 2009.

Dessa divisão, surgiu então, o **Grupo A**, composto por alunos da primeira e única turma, iniciada em 2006 e concluída em 2008. E o **Grupo B**, composto por alunos que pertencem às turmas “B” e “C”, iniciadas em 2007 e término previsto para agosto de 2009. A idéia de separar em grupos **A** e **B** surgiu no sentido de facilitar a identificação dos elementos que compõem cada turma e para que possamos compreender com maior clareza as falas dos componentes de uma e de outra turma.

Para análise, foram utilizados dados coletados por meio de questionário aplicado a um pequeno grupo da turma de 2006, denominado **Grupo A**. E o mesmo instrumento foi utilizado para um grupo da turma de 2007 - **Grupo B**. É importante dizer; que esses alunos foram escolhidos de forma aleatória. A proposta foi analisar os dados apresentados por cada componente, para assim conhecer os prováveis resultados, parte desse trabalho monográfico.

O questionário propõe suscitar pontos relevantes sobre a importância da especialização como formação continuada, capacitação de professores, ofertada pelo CEFET/GO, no período de 2006 a 2009, na formação de profissionais da educação da rede pública de ensino, para atuarem com as especificidades da modalidade de educação - PROEJA.

Portanto, o questionário instrumento de coleta de dados foi dimensionado para verificar a possibilidade de uma formação continuada permanente no CEFET/GO, e encaminhado via e-mail para os alunos da primeira turma que já haviam concluído, quanto da segunda em fase de conclusão que se dispuseram a respondê-lo. Por esse motivo, o foco do conteúdo do

questionário foi direcionado no sentido de averiguar a possibilidade de uma formação continuada permanente, capacitação de professores, mas também observando os desafios surgidos no decorrer das aulas, as quais alunos e mestres tentavam, a partir de reflexões, enfrentar e superar juntos.

Nesse sentido, foi estruturado um questionário, conforme mostra o Anexo I, nele contém um total de 13 perguntas objetivas. Cada pergunta buscou verificar alguns aspectos positivos ou negativos ocorridos ao longo das aulas presenciais do curso de especialização. Elas aconteciam a cada 15 (quinze dias), às sextas-feiras, das 19h às 22h, (dezenove às vinte e duas horas) e aos sábados, das 8h às 17h (oito às dezessete horas), com uma pausa para o almoço. Às vezes as aulas teóricas aconteciam no matutino, e a parte de atividades ficava para ser desenvolvida no turno vespertino.

Além da carga horária presencial, os alunos tinham de cumprir 20h (vinte horas) atividades, as quais correspondiam a 20% das aulas, não-presenciais, consideradas horas complementares, exigidas no curso de especialização em PROEJA. Notou-se que essas horas complementares, no caso dos alunos pós-graduandos, eram inviáveis, uma vez que os mesmos não tinham tempo para dedicarem-se, porque já cumpriam uma sobrecarga de trabalho.

A partir de comentários informais de colegas sobre os procedimentos e o cotidiano das aulas, foi surgindo o desejo de observar e analisar as experiências vividas por alunos durante o curso de especialização no IFG. Essas vivências proporcionaram aos pós-graduandos a chance de interação, ação e reflexão sobre as várias possibilidades de transformações nas bases do curso, tais percepções abriram possibilidades para discutir a reestruturação do curso. Vale salientar, que muitas vezes, para que aconteçam as mudanças, é necessário que antes haja conflitos, divergências e dificuldades. A exemplo desse argumento, temos a educação brasileira que, ao longo dos anos, vem sofrendo constantes mudanças no sentido de reestruturar suas bases; para melhor ofertar uma educação de qualidade e formar cidadãos, antes de tudo, para a vida e, conseqüentemente, para o trabalho, numa proposta em que é tido como princípio educativo.

3.3. PROEJA - capacitação de educadores: experiências, expectativas e superação

Faz-se necessário dizer que, participar de uma formação voltada para profissionais da educação da rede pública de ensino do Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás em parceria com a Universidade Federal de Goiás – UFG foi uma experiência inovadora e enriquecedora. Pois essa formação de educadores foi o marco que veio configurar como

referência e ponto de partida para novas experiências dessa natureza. A organização de uma formação específica de professores em nível de pós-graduação *Lato sensu*, no sentido de dimensionar a capacitação docente, em prepará-lo para lidar com as possibilidades e especificidades de implantação de um Programa é de fundamental relevância para o desenvolvimento e reestruturação do processo histórico da educação brasileira.

Até então, não se tinha notícia da existência de um programa com vistas à capacitação de educadores, com a finalidade de preparar esses docentes para se tornarem multiplicadores do processo de implantação desse Programa. Portanto, em Goiás, a especialização em **Educação Profissional Técnica Integrada ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos** – PROEJA, é considerada uma experiência pioneira, não apenas no sentido de preparar o profissional da educação para disseminar as especificidades do programa. Ela propiciou ir mais além, no sentido de configurar a possibilidade de o educador poder estar em contato direto com outros educadores, e assim compartilhar, por meio da convivência com esses colegas, experiências cotidianas adquiridas no ambiente de trabalho, ou seja, a escola.

Assim, essas trocas de experiências resultaram em descobertas valiosas para alguns educadores, mais especificamente para os participantes dessa pesquisa em relação à especialização, no sentido de compreendê-la como instrumento de crescimento, interação e superação das limitações, as quais muitos de nós submetemo-nos por razões sociais ou limitações estruturais. Nesse sentido, a fala a seguir, de alguns participantes, sugere reforçar o ponto discutido:

“É de grande importância os cursos de especialização para os professores, pois como já disse, o professor é um estudante por toda a vida, como um educador poderá capacitar um educando se ele não estiver apto para as inovações metodológicas e tecnológicas existente no mundo do trabalho? O educador também está inserido nessa necessidade de se capacitar ou especializar para o mundo do trabalho”. (Grupo B)

“Penso que a maior importância é contribuir na inserção do aluno no mundo do trabalho e de volta ao convívio com a sociedade”. (Grupo A)

“A especialização ajudou pouco, apenas para um aperfeiçoamento de conteúdos e estratégias para buscar outras condições. E diante da comunidade de docentes que temos é pequeno demais para o grande número de professores que nem tem acesso a internet por falta de dinheiro. O grupo de estudantes dessa última turma, por exemplo, era composto por pessoas de nível sócio econômico alto”. (Grupo B)

“A qualificação dos profissionais da rede pública é importante para que haja a necessidade da vinculação entre a teoria e a prática, e, ainda destacar a importância dessa modalidade de Ensino como mais um espaço de apropriação das classes populares a um ensino de qualidade”. (Grupo A)

Em um dos trechos acima, entende-se que a referida especialização parece ser, além de uma possibilidade, um instrumento propiciador de inovações e estabelece o contato do docente com experiências e as propostas de mudanças na estrutura educacional, ajudando, desse modo, o profissional de educação a compreender e defender tais mudanças.

Outro aspecto importante despertado pela referida especialização, residiu na possibilidade de o educador poder restabelecer contato com o ambiente acadêmico, possibilitando dessa forma a ele, agregar valores, conhecimentos teóricos e práticos acerca de uma nova concepção de educação – PROEJA e aprofundar os conhecimentos referentes às propostas de mudanças no campo da educação. Baseado em observações e situações informais e formais, no decorrer da presente especialização, os docentes foram descobrindo gradativamente a importância das aulas e a superação de suas expectativas em relação à qualidade e ao nível de qualificação dos mestres que compuseram o quadro profissional docente para a efetivação das aulas, conforme as falas a seguir:

“Por estar consciente que o curso é uma experiência, uma novidade para todos, e que passará por várias mudanças na expectativa de atender esses educadores que precisam dessa especialização, posso afirmar que minhas expectativas foram atendidas, pois fomos contemplados com ótimo grupo de educadores que me deu ferramentas para prosseguir, me sinto mais confiante, porém não quero parar, quero tentar em outros cursos, pois a busca do conhecimento deve ser constante”
(Grupo B)

(...) “Como foi uma turma piloto em Goiás, achei de grande valia e tivemos professores muito bons e qualificados que nos passaram grandes informações no decorrer do curso” **(Grupo A)**

(...) “De certa forma foi uma experiência muito boa” (...) **(Grupo B)**.

Em relação à qualificação e competência dos mestres, temos as falas acima, que pontuam de maneira bem positiva, além da capacidade, reconhecem que os professores tinham uma ótima formação. Esses pontos evidenciam que professores e alunos conseguiram produzir a socialização do conhecimento, ou seja, houve possibilidade harmônica de construção e interação dos saberes. A esse respeito, Freire acredita que “ensinar não é meramente transferir o conhecimento, mas é criar possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção” (Freire, 1996, p.52). Essa construção do conhecimento não se dá de um dia para o outro, para que apropriemo-nos dele, é necessário que se estabeleça a lógica ação-reflexão-(re)ação.

Se a construção do conhecimento acontece dia após dia, conforme o pensamento de Freire, devemos pensar que o ato de aprender e de ensinar, também passa por essa lógica. Dessa forma, o ato de educar e seu assimilar, implicam ações que se interdependem e,

necessariamente, o sujeito precisa entender que, além do tempo para a concretização da ação-reflexão, devem aliar-se outros conhecimentos que são essenciais no desenvolvimento de seu processo formativo. A esse respeito percebe-se nas respostas dos alunos informantes dessa pesquisa que a formação continuada é de suma importância para a prática de uma educação reflexiva desses profissionais, pois ela é a síntese do fazer pedagógico que sucede na escola.

“A formação continuada é um processo de aperfeiçoamento na área em que atua, é indispensável para o exercício da profissão e é importante também por fornecer os meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”. (Grupo A)

“um processo de aperfeiçoamento na área em que atua”.
(Grupo A)

“Formação continuada trata-se do ensino voltado para a formação a especialização dos educadores. Entendo que essa formação é de fundamental importância para o desenvolvimento do trabalho do educador, uma vez que, este estando bem capacitado irá proporcionar melhor desempenho como ser, como educador e conseqüentemente o processo pedagógico terá docentes mais aptos para compreender e atuar com maior eficiência para o desenvolvimento do processo pedagógico.” (Grupo B)

“A formação continuada precisa estar constituída por atividades devidamente organizadas para viabilizar a construção, socialização e confronto de conhecimentos, de tal forma que os professores como cidadãos e como docentes possam avançar continuamente em seu caminho de desenvolvimento profissional e pessoal” (Grupo B)

Observa-se, em um dos relatos, que a formação continuada, além de ser um processo de aperfeiçoamento, é indispensável para o sucesso do exercer profissional, é um meio que vai além, pois ela possibilita e estimula a ação de progredir não apenas no trabalho, como também nos estudos.

De acordo com as falas, parece não haver dúvidas quanto à importância da formação continuada, como meio de possibilitar ao educador momentos de refletir, confrontar conhecimentos e exercitar sua prática. Tais práticas advêm da realização da ação pedagógica, sobre o conhecimento implícito na ação. Ela é o instrumento de aprendizagem do professor, pois é a partir do contato com a situação prática que se adquire e se constrói novas teorias, esquemas e conceitos, assim torna-se um profissional flexível e aberto para desafios impostos pela complexidade da interação com a prática.

Daí conclui-se que a formação continuada de educadores, precisa estar aliada à formação inicial, em um contínuo processo de ação-reflexão-ação, pois dessa forma, busca seu conteúdo no encontro da prática pedagógica com o conhecimento teórico. Portanto, o ato

de apreender resulta da associação da teoria com a prática, elementos esses, indissociáveis na construção dos saberes.

Assim, entende-se que a teoria não deve sobrepor à prática, o sucesso na construção dos processos formativos exige coerência e afinidade entre uma e outra. A esse respeito, os alunos, por meio de conversas informais e, posteriormente formais, revelaram insatisfação quanto ao procedimento no desenvolvimento da teoria e da prática durante as aulas. Vejamos como podemos interpretar as falas a seguir:

“Não” (Grupo A)

“Não! Tanto é que nós alunos comentávamos muito a respeito da prática e teoria que poderiam ser mais justos conosco. Pois falavam uma coisa (...), mas a sua práxis não condizia com tal teoria”. (Grupo B)

“Não, até porque participei da primeira turma pioneira no estado de Goiás e acredito que temos muito que melhorar e aprender” (Grupo A)

“Sim, acho que todos eles foram bastante profissionais, demonstraram-se capacitados para exercer a função que a eles foi designada.” (Grupo B)

Diante dos fragmentos acima expostos, é possível dizer que se faz necessário refletir a prática docente em relação à teoria e à prática e sua coerência no processo de desenvolvimento da construção dos saberes, seja no cotidiano escolar ou nos cursos de formação continuada. A esse respeito, Paulo Freire (2001, p. 42-43) considera que “a prática docente crítica, implicante do pensar certo, envolve o movimento dinâmico, dialético, entre o fazer e o pensar sobre o fazer”. Portanto, para Freire, a reflexão significa o movimento executado entre o fazer e o pensar, entre o pensar e o fazer, implica no “pensar para o fazer” e no “pensar sobre o fazer”. A partir dessa dinâmica, podemos entender que a reflexão crítica surge da curiosidade sobre a prática docente na reconstrução significativa da aprendizagem.

Diante disso, nossa análise se volta para as experiências vivenciadas pelos especializando quanto à estruturação do curso e à grade curricular, se condiziam com a realidade proposta ou se deveria mudar. No sentido de contribuir para essa pesquisa expressaram que:

“Penso que sim!!! Principalmente por quem fez toda a proposta do curso. Mas pelo lado do aluno verifiquei que algumas aulas foram mais sacrificantes do que outras. E ainda com mais um agravante que foi o trabalho final do eixo 1. Trabalho esse que seria mais um TCC do um simples trabalho. Esse mesmo trabalho fez alguns colegas de sala desistirem do curso. E que ainda se perpetuou até o mês de agosto. A disposição das disciplinas pode mudar que dará mais certo haja vista que os primeiros professores massacraram a turma. A grande maioria dos alunos trabalham os três turnos e não sobra quase nada para a especialização”. (Grupo B)

“Penso que a grade deveria ser voltada mais para a realidade no dia a dia e não focar tanto em teorias que muitas vezes não são possíveis de serem aplicadas para a nossa realidade de hoje.” **(Grupo A)**

“Todo começo requer modificações. Quanto a grade curricular o conteúdo era muito rico em termos de conhecimento, porém muito extenso em relação ao tempo que nos era disponível. Este curso de Especialização é destinado aos trabalhadores da educação, e entre estes somos trabalhadores com carga horária diferente dos outros trabalhadores, pois deixamos nosso local de trabalho, é como se fosse dois por um, ou seja, uma promoção, onde o governo leva dois e paga um. Além disso, somos pai, mãe, esposa, educador e estudante por toda a vida. Por isso, eu acho o tempo curto em relação às atividades do curso “. **(Grupo B)**

De acordo com as afirmativas acima, fica expresso em todas as falas o desejo dessa formação-capacitação de educadores enquanto processo formativo, inclusive uma delas chama a atenção para o rompimento do ensino tradicionalista, meramente técnico, que visa preparar o sujeito apenas para o mercado de trabalho. Entretanto, nota-se também que todos os participantes sugeriram mudança na grade curricular. Segundo eles essa grade curricular não corresponde às expectativas do aluno de forma significativa em relação a uma educação integral, como propõe o curso. As falas sugerem que o currículo poderia ser mais específico em relação à teoria e à prática. A respeito do currículo, Ramos (2005 p.107) expõe que:

“Os limites de um currículo dualista e fragmentado em disciplinas, desenvolvido por meio de uma prática pedagógica baseada na transmissão de conteúdos, não se superam pela substituição das disciplinas, pelas competências, ao contrário, esta perspectiva agrava a dualidade”.

Ramos enfatiza que as práticas pedagógicas não podem ser baseadas na transmissão de conteúdos, mas repensadas, a fim de promover uma integração de conteúdos significativos para o aluno enquanto sujeito e ser social.

Outro ponto do curso de especialização que requer atenção conforme análise das respostas contidas no questionário, apontado pelos alunos como contradição, é o cronograma de atividades. Essas dificuldades podem estar associadas à coerência entre a teoria e a prática, em relação ao tempo disponível aos alunos para a realização das atividades presenciais, e não-presenciais com vistas ao cumprimento do Programa. Os relatos abaixo assinalam tais dificuldades:

“Bem, por ser a primeira turma acho que o conteúdo programático poderia ter sido mais focado para a prática e não somente a teoria, pois quando fui escrever o trabalho final senti dificuldade de converter tudo isso para a realidade do programa, da escola e da região”. **(Grupo A)**

“Faltou uma integração entre o coordenador do curso e os professores/ alunos”.
(Grupo A)

■

“Bom! As primeiras foram boas, mas a maneira de avaliar foi ruim. E o prazo de entrega das atividades nos prejudicou. Alguns professores, também, deveriam ter nos ajudado mais” (Grupo B)

“Por se tratar de pessoas adultas e já comprometidas com a educação, mesmo que ainda estejamos aquém do conhecimento de nossos mestres, acho que os trabalhos deveriam ser realizados em grupo dentro do período estipulado para as exposições das aulas, pois trabalhando em grupo e com auxílio do professor o nosso rendimento é bem mais proveitoso, ao passo que estas atividades realizadas individualmente e extra-classe nos causa transtorno, pois nem sempre temos tempo suficiente para produzir os textos, e refletir o necessário sobre o texto. Não digo que deva ser totalmente excluído a tarefa de produzir textos extra classe e individualmente, mas que seja repensado esta questão, conciliá-la melhor de acordo com a realidade do curso”. (Grupo B)

Com relação às dificuldades detectadas a partir das considerações nas falas dos participantes acima, não devemos esquecer de que a referida especialização é uma experiência, se trata de turmas piloto, portanto, é uma oferta pioneira nessa modalidade. Por isso, tais contradições devem ser vistas como tentativas na superação das divergências. Sobre tais barreiras Paulo Freire (1996, p. 68-69) ilustra que “a capacidade de aprender, não apenas para nos adaptarmos, mas, sobretudo, para transformar a realidade, para nela intervir, recriando-a, fala de nossa educabilidade a um nível distinto do nível do adestramento” (...). Para além do adestramento, somos humanos, seres em constante processo evolutivo de aprendizagem, e é por isso que estamos sempre aprendendo uns com os outros, seja através de experiências equivocadas, ou as de grande sucesso, no aperfeiçoamento da prática, enfim, é preciso paciência.

E por falar em prática, torna-se relevante lembrar que a modalidade de educação – PROEJA está em nível de estruturação, que vai desde a elaboração do plano de curso, à viabilização de estruturas físicas, capacitação de docentes. E o principal, a demanda e o público ao qual será destinada essa educação, todos esses elementos, configuram sua projeção e implantação.

O PROEJA, no começo era uma proposta, e por sua característica peculiar, a de promover a integração da Educação Profissional com a Educação de Jovens e Adultos - EJA, numa perspectiva, apenas articulada. De acordo com Ciavatta (2005, p. 84), “o Decreto 5.154/04, prevê que a articulação da educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio dar-se-á de forma integrada”. Essa integração vai além, uma vez que sua articulação dimensiona a universalização da educação. Essa educação visa atender numa dimensão de completude, integrar para a vida e oportunizar a jovens e adultos, a continuidade em sua trajetória educacional que por algum motivo, teve que ser interrompida. Ciavatta (2005, p. 85) reforça que “a idéia de formação integrada sugere superar o ser humano dividido

historicamente pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar”.

A respeito da importância da formação integral e integrada e as contribuições dessa nova realidade para os alunos, os participantes responderam que:

“Acho esse programa bastante impetuoso e de grande responsabilidade, pois, trabalhar oferecendo aos alunos de EJA formação para inserção no mercado de trabalho através da integração desta modalidade com a E. P é uma tarefa de muita responsabilidade, tanto para escola como para o governo.” (Grupo A)

“É importante, principalmente pelo fato desses alunos serem mais velhos e não terem condições financeiras de bancar um curso em uma escola particular. Seria uma opção mais viável para essa classe de pessoas”. (Grupo B)

“Oportunizar a reincorporação, ao sistema educacional, de muitos brasileiros, buscando um país mais justo e uma sociedade mais igualitária” (Grupo A)

“Sim, acredito que através do Proeja o aluno estará como ser quase que completo, pois quando se trata de conhecimento ninguém estará completo, porque este está inserido num mundo de transformações tecnológicas, que alteram também nosso modo de vida, nosso modo de pensar com a educação familiar, mudanças de comportamento, estratégias de sobrevivência, enfim, este aluno estará sujeito a uma infinidade de transformações, e é justamente para este educando se integrar nesta sociedade que ele necessitará da educação do Proeja, pois só através dessa modalidade de ensino é que o jovem e adulto de baixa renda conseguirá aprimorar seus conhecimentos que o libertaram da opressão da falta de conhecimento que acarreta sobre ele o pesado fardo do preconceito. Assim a educação tem o poder de libertar o homem capacitando-o intelectualmente, tornando este educando um ser pleno para ir em busca de suas conquistas, podendo competir no mundo do trabalho com mais qualificação, talvez não venha gozar de uma plena igualdade para competição do mercado, mas o Proeja dará a ele a chave para novas conquistas”. (Grupo B)

A partir dessas considerações, podemos pensar que, para a concretização da nova concepção de integração, é necessário que sejam articulados vontade, compromisso e comprometimento de profissionais conscientes, abertos à inovação. Aliado a tudo isso, investimentos que garantam uma formação contínua, de maneira que consista em construir conhecimentos e teorias sobre a prática docente, a partir da reflexão crítica. E, por fim, que o Estado reconheça seu dever nessa política de integração, implementando políticas públicas perenes que a viabilize e ultrapasse os limites do papel, do engavetamento e, acima de tudo, faça dessa educação um direito de todos no resgate e superação da desigualdade social.

A Especialização em Educação Profissional Técnica Integrada ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, oferecido pelo CEFET/GO, atual IFG, foi uma possibilidade de nos fazer descobrir que podemos, aos poucos, trilhar caminhos que levam a mudanças. Que a educação precisa mudar, isso é certo, mas como diz



Freire (1996, p. 107) “ninguém é sujeito da autonomia de ninguém. Por outro lado, ninguém amadurece de repente aos 25 anos. A gente vai amadurecendo todo dia, ou não”. O mesmo acontece conosco e com nossas experiências, todo começo pressupõe um olhar crítico e reflexivo, para então, pôr em prática as mudanças necessárias.

Assim é o PROEJA, ele não chegou pronto, e nós também não estamos prontos, somos frutos de uma educação dualista, autoritária e conservadora, por esse motivo, é necessário ainda, muitos experimentos, que eles aconteçam por meio de projetos, como o caso da especialização em PROEJA ofertada pelo IFG ou por meio de forma de Fóruns Nacionais sobre a educação, da modalidade de educação a distância, enfim, que haja a propagação e a determinação no sentido de fazer acontecer a integração, mas com a universalização dessa educação.

Assim como “o galo precisará de outros galos”, talvez o IFG precisará de outras experiências com outros alunos, no sentido de reforçar o caráter formativo do Projeto de especialização em PROEJA. Mesmo que se constitua em desafio para a instituição, seria relevante que pudesse dimensionar, por meio de formação continuada permanente, a compreensão dos profissionais da educação de que, apesar de imperioso, o processo de universalização da educação e a defesa dela de forma integrada, é responsabilidade de todos que compõem a sociedade. Talvez fosse importante que esse elo continuasse, necessariamente, a partir das experiências construídas pelas duas instituições proponentes da especialização, IFG e Faculdade de Educação, no sentido de amadurecer e reestruturar novas turmas de formadores do PROEJA.

As dificuldades geradas no início do curso serviram para que, no decorrer do processo de trocas de experiências, ocorresse amadurecimento, instigando todos, a refletirem de forma mais positiva e mais humana sobre a importância de repensar, reestruturar e ofertar uma formação, associando a teoria à prática e à realidade dos envolvidos no processo ensino-aprendizagem.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da realização dessa pesquisa percebeu-se não apenas a importância, mas também a necessidade de uma formação continuada como processo de capacitação para os profissionais da educação da rede pública de ensino, para atuarem como docentes na nova modalidade de Educação de Jovens e Adultos Integrada a Educação Profissional – PROEJA.

Vale dizer que, para lidar com essa nova modalidade de ensino, é necessário, antes de pensar sua implantação, pensar em ofertar uma formação, com o intuito de capacitar os profissionais para lidar com o público do PROEJA. Quando se fala em capacitação, é interessante ressaltar que não se trata de uma formação de dois ou três dias, com características aligeiradas, mas sim uma capacitação pensada e dimensionada diretamente para as especificidades existentes no programa. Esse tipo de formação não poderia acontecer apenas em uma semana, precisaria ser, como diz o próprio nome, contínua, no sentido de seqüência, obedecendo a um começo, meio e recomeço conforme diz a LDB.

Se o conhecimento é um processo, certamente, ele não se dá do dia para a noite, da mesma forma são as trocas de experiências, demandam tempo para serem assimiladas, porque elas resultam da ação pedagógica. Aliás, justificando o pensamento de Freire (1997 p.20), “a educação é permanente na razão, de um lado, da finitude do ser humano, de outro, da consciência que ele tem de finitude. A educação e a formação permanente se fundem aí”. De acordo com o pensar freiriano, educação e formação são elementos indissociáveis, porque o conhecimento não é estático e, por este constante movimento, evolui sempre, e nós, como educadores, formadores de opinião, não devemos parar no tempo.

Se atualmente estamos vivendo momentos de mudanças nas bases estruturais da educação, é porque a forma como está sendo trabalhada, não atende as expectativas, no modo de preparar o sujeito para a vida e, conseqüentemente, para o trabalho. Dessa forma, nada mais justo que o surgimento de idéias e propostas que visem à superação dessa educação fragmentada, dualista. A ideia de uma educação integrada, articulada, que pressupõe a universalização, poderia sim, mudar os rumos da história. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP, 06/03) revela que existem 16 milhões de brasileiros analfabetos, e 30 milhões de analfabetos funcionais, sujeitos esses marginalizados por sua condição de nascimento. Mas ainda é preciso insistir em dizer que essas mudanças dependem daqueles conscientes delas, e se elas não acontecerem nas bases educacionais, a probabilidade de sucesso na sociedade como um todo, será mínima.

Outro ponto observado durante essa pesquisa, de grande relevância consiste na possibilidade dessa formação de educadores assumir um caráter de formação continuada permanente, capacitação de professores, no IFG, campus de Goiânia. Essa idéia surgiu no momento em que, a partir de estudos, percebemos a importância do processo formativo contínuo para o educador. Além disso, no decorrer do curso, durante as aulas presenciais, percebia informalmente nos relatos de colegas, que se diziam maravilhados com a iniciativa pioneira, de uma formação voltada para profissionais da educação da rede pública de ensino.

Essa formação foi estruturada no sentido de capacitar educadores para conhecer as especificidades contidas no Programa de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. O principal objetivo foi capacitar esses educadores para se tornarem multiplicadores das especificidades da nova modalidade de educação - PROEJA, na rede pública de ensino onde tem sido implantado. Vale ressaltar que, ofertar um curso de especialização dessa dimensão não é fácil. Ainda mais sendo uma proposta pioneira, em caráter experimental de estruturação. Em 2006 houve uma turma piloto, em 2007 deu início a mais três turmas, dessa vez sob a coordenação do CEFET/GO, em regime de parceria com a UFG/FE.

Mesmo esse curso sendo ofertado por instituições veteranas, com experiência em docência e com um quadro de profissionais competentes, constatou-se dificuldades quanto à estruturação e condução do programa do curso. Essa realidade foi detectada a partir dos relatos dos participantes da pesquisa. Segundo eles, não foi considerado o fato de os alunos serem trabalhadores e virem de uma dupla jornada de trabalho. Nesse sentido, o conteúdo proposto na grade curricular era extenso em relação ao tempo disponibilizado para a execução das atividades, tanto das aulas presenciais quanto das atividades não-presenciais. Quanto à coerência entre teoria e prática, perceberam distanciamento em relação à sistematização do conhecimento no decorrer do processo avaliativo: era muita reflexão a partir da teoria, e pouca ação na realização e concretização da prática, no processo ação-reflexão-ação.

Ainda nos relatos, percebeu-se que a superação desses desafios se deu à medida que houve reflexões críticas, e as partes, mestres e educandos, num processo dialógico, buscavam identificar os problemas e superar as dificuldades. Freire (1996, p. 39), pensa que é “por isso que, na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática”. É pensando criticamente a prática de hoje, ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática”. Talvez, as dificuldades apontadas precisassem existir para constatar que nunca estamos prontos, e que o aperfeiçoamento está nos equívocos, é a partir deles que caminhamos rumo aos acertos.



Diante do exposto, podemos dizer que seria viável e extremamente importante para o desenvolvimento do processo educativo, que profissionais pudessem se preparar de forma contínua e que essa capacitação assumisse um caráter de formação continuada permanente. Se por um lado, o conhecimento acontece durante toda a vida do sujeito, por outro, parece contraditório que esse mesmo conhecimento seja sistematizado até o momento em que ele sai da universidade. A esse respeito Freire (1996, p. 50) acrescenta que “o inacabamento de ser ou sua inconclusão é próprio da experiência vital. Onde há vida, há inacabamento”.

Nesse sentido, o mais viável seria a perenidade de uma formação continuada comprometida e articulada com a prática docente, para pôr em prática a ação-reflexo-ação no desenvolvimento do processo formativo, e junto, os educadores pudessem refletir criticamente acerca das experiências e dificuldades cotidianas da escola.

Desse modo, acreditamos que encontraríamos alternativas viáveis de mudanças efetivas, no sentido de soluções e reestruturação no processo ensino-aprendizagem da educação brasileira.

Portanto, fica expresso o desejo que a **Especialização em Educação Profissional Técnica Integrada ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA**, oferecida pelo CFET/GO, atual, IFG, possa assumir um caráter de formação continuada permanente, sendo reeditada por tempo indeterminado para os profissionais da rede pública de ensino do Estado de Goiás.

Diante dessa possibilidade, a realidade da viabilização e implantação do PROEJA ganharia mais consistência e maior credibilidade, pelo fato de haver um processo formativo, estruturado e voltado para as especificidades do PROEJA.

A promoção de uma formação, dessa natureza, configura o envolvimento não apenas de uma minoria, mas abre oportunidade para uma significativa parcela de profissionais, que por vontade queiram conhecer e fazer parte da realidade dessa nova modalidade de educação. O que se percebe é uma minoria de profissionais da educação que participam de formações iguais a esta, experiências como esta, deveria ser para todos considerando que a formação é um direito.

Acreditamos ter alcançado os objetivos propostos para a realização desse trabalho. Conseguimos, por meio do procedimento de pesquisa, leituras, acesso à internet, livros e material fornecido pelo professor orientador, fazer o levantamento do processo histórico até a realidade da Formação Continuada, como princípio da reflexão crítica na ação pedagógica. Além disso, a partir das experiências vivenciadas, sobretudo, no CEFET/GO, atual IFG, realizamos o estudo do Documento-Base do PROEJA.



Fizemos observações informais e coletamos dados por meio de questionário, para verificar a importância e a necessidade da formação continuada como processo de capacitação para os profissionais da educação da rede pública de ensino para atuarem como docentes na nova modalidade de ensino – PROEJA. Analisamos se a referida especialização poderia assumir um caráter de formação continuada permanente, capacitação de professores, no IFG campus de Goiânia.

Por fim, a partir da análise dos dados, compreendemos alguns fatores e divergências em relação ao cumprimento do programa proposto no curso. Constatou-se ainda, que docentes e alunos superaram, em grande medida, os desafios surgidos no decorrer do curso.

O tema pesquisado foi de grande relevância para a formação profissional da pesquisadora, veio agregar-se a meus conhecimentos e saberes. A partir da pesquisa, pude compreender melhor alguns mecanismos que compõem o sistema educacional brasileiro em relação à formação docente. E compreender, sobretudo, como são trabalhadas as formações continuadas de educadores nas instituições públicas de ensino: de forma aligeirada e de forma descontínua. Esse fato denota desrespeito e falta de compromisso com a qualificação dos educadores.

O tema despertou curiosidade e desejo em conhecer, de forma mais aprofundada, a proposta da formação continuada, capacitação de educadores, contida no Documento Base do PROEJA e na bibliografia consultada, sobretudo a de Paulo Freire.

Acreditamos que o desenvolvimento dessa pesquisa contribuiu de forma positiva, no sentido de divulgar e levar ao conhecimento da comunidade escolar, colegas de trabalho e amigos a existência dessa modalidade de educação. Uma formação continuada, cuja concretização seja pensada e dimensionada a partir da ação-reflexão-ação, ou seja, partir da teoria, mas considerando a práxis para a condução do fazer pedagógico, em que teoria e prática sejam pontos de convergência na descoberta da superação das divergências.

Penso que essa pesquisa tenha conseguido alcançar, se não todos, pelo menos parte dos objetivos propostos. Espero ainda que o presente trabalho possa contribuir, de forma positiva, para a superação de algumas dificuldades externadas pelos pesquisados, também que seja um instrumento de pesquisa para alunos ou quem precisar consultar sobre o tema. Enfim, fica aberta a intenção de poder dar continuidade às questões que, por ventura, não foram contempladas nessa pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Mariza. **Organização da educação nacional na Constituição e na LDB**. Ijuí: Editora da Unijuí, 1998.

ALARCÃO, Isabel. Professores reflexivos em uma escola reflexiva. São Paulo: Cortez, 2004, p. 58.

ALARCÃO, I. Professores reflexivos em uma escola reflexiva. São Paulo: Cortez, 2003.

ARROYO, Miguel. In **Trabalho, formação e currículo: para onde vai a escola?**/organizadores: Celso João Ferretti, João dos Reis Silva Júnior, Maria Rita N. Sales Oliveira – São Paulo: Xamã, (1999).

_____. Miguel. **“Trabalho-educação e teoria pedagógica”**. In Frigotto, Gaudêncio (Org.). Educação e crise do trabalho: perspectivas se final de século. Petrópolis, Vozes, (1998).

BRZEZINSKI. In Formação de Professores / organizadores Raquel Volpato Sebino... [et. al.]. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. – (Seminários e debates).

BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição Federal de República Federativa do Brasil**. 5 de outubro de 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. 1996. Lei n.º 9394, de 1996. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, 23 de dezembro de 1996.

_____. *Da nova LDB ao Plano Nacional de Educação: por uma outra política educacional*. Campinas: Autores Associados, 1998.

_____. Ministério da Educação / Secretaria de Educação Profissional Tecnológica. Decreto n.º 5.840 de 13 de julho de 2006. **Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica**.

_____. Ministério da Educação - MEC. Educação profissional: concepções, experiências, problemas e propostas. ANAIS, Brasília, 2003.

_____. Ministério da Educação: INEP, 2003. <http://www.inep.gov.br>: Acesso em 19/07/2009.

_____. **Ministério da Educação - MEC.** Diretrizes Curriculares para a Educação Profissional de nível técnico. **PROEP/MEC: Brasília, 2000.**

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnologia. **Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos/ Documento Base.** Brasília: MEC, 08/2007.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. Ministério da Educação. **Referenciais para a Formação de Professores.** Brasília, DF: SEF/ MEC, 1999.

BURNIER, Suzana. **Os significados do trabalho segundo técnicos de nível médio.** In.: Educação & Sociedade, v. 27, n. 94, s.p., Campinas, jan/abr 2006. Disponível em www.cedes.unicamp.br.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Saber e Ensinar: três estudos de educação popular.** Campinas: Papirus, 1994.

CAMPOS, Roselane F. **“A nova pedagogia fabril: Tecendo a educação do trabalhador”** Dissertação de mestrado. CED/UFSC, Florianópolis, 1997.

CARVALHO, Janete Magalhães; SIMÕES, Regina Helena Silva. **O que dizem os artigos publicados em periódicos especializados, na década de 90 sobre o processo de formação continuada de professora?** Artigo publicado em CD-room da XXII ANPEDE. GT Formação de Professores. Caxambu, MG: 1999.

ClAVATTA, Maria. **A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e identidade.** In: GAUDÊNCIO Frigotto, (orgs.). Ensino médio integrado: concepções e contradições / São Paulo: Cortez, 2005.

CLIMACO, Arlene Carvalho de Assis. **Movimentos Sociais** In:_____. **Movimentos Sociais, Trabalho e Educação – o desafio da democratização**. Goiânia, 2007. (digitado)

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa** / Paulo Freire. – São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleção Leitura).

_____. **Pedagogia do Oprimido**, 17ª Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, Freire, 2002.

_____. **P. Política e educação**. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. **P. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**. São Paulo: Cortez, 1984.

GADOTTI, Moacir. **Pensamento Pedagógico Brasileiro**. São Paulo: Ática. 2000.

GOIÁS. 2007. **Projeto Pedagógico de Pós-Graduação *Lato Sensu*** – Pólo CEFET – GO.

_____. 2008. **Regulamento Específico** do Curso de Especialização em educação Profissional Integrada à Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos. CEFET-GO/ UFG – FE.

_____. CEE. **Regulamentação da Educação Profissional do sistema educacional de Goiás**: Goiânia, 2005.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

<http://alissoncastro.sites.uol.com.br//historiadomst.htm> – acessado em 24/07/2009.

KUENZER, Acácia Z. **Pedagogia da fábrica: As relações de produção e a educação do trabalhador.** São Paulo, Cortez, 1987.

LIBÂNEO. José Carlos, p. 307. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização** – São Paulo: Cortez, 2003. – (Coleção Docência em Formação / coordenação Antônio Joaquim Severiano, Selma Garrido Pimenta).

_____. José Carlos. **Democratização da Escola Pública: a Pedagogia Crítico Social dos Conteúdos.** São Paulo: Loyola.

LAURELL, Asa Cristina. Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo. LAURELL, Asa Cristina (Org.). **Estado e políticas sociais no neoliberalismo.** 3. Ed. – São Paulo: Cortez, 2002. p. 151-178.

MACHADO, L. R. S. **Politecnia, Escola Unitária e Trabalho.** Câmara brasileira do livro, SP, Brasil, 1989.

_____. L. R. S. **A educação e o desafio das novas tecnologias.** In.: FERRETTI, C.J. et al. (Org). **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar.** Petrópolis: Vozes, 1994.

MANACORDA, Mario Alighiero, **Marx e a Pedagogia Moderna.** São Paulo, Cortez, 1991.

MANFREDI, Silvia Maria. **A educação popular no Brasil: uma releitura a partir de Antônio Gramsci.** In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A questão política da educação popular.** São Paulo: Livraria Brasiliense, 1980.

MARIN, Alda Junqueira. **Educação continuada:** Introdução a uma análise de termos e concepções. In cadernos Cedes 36, Educação Continuada. Campinas, São Paulo: Papirus, 1995, p.17.

MENDONÇA, Alzino Furtado de Trabalhos Acadêmicos: **planejamento, execução e avaliação/** Alzino Furtado de Mendonça, Cláudia Regina Ribeiro Rocha, Heliane Prudente Nunes – Goiânia: Faculdade Alves de Faria, 2008.

MINTO, César Augusto. **Plano Decenal de Educação**. Folha de São Paulo, 13/11/1993, Caderno 3, p.2.

MOREIRA, H. A **formação continuada do professor**: as limitações dos modelos atuais: **COMUNICAÇÕES**, ano 10, M. 1, jun. 2003, (p. 123-133).

MOURA, Dante Henrique, **EJA: Formação técnica integrada ao Ensino Médio**, Boletim 16, 2006.

NETO, J. C. Melo 1994. **Obra completa: volume único**. RJ, Nova Aguilar. Poema originalmente publicado em 1966.

NÓVOA, Antônio. **Formação contínua de professores: realidades e perspectivas**. Aveiro: Universidade de Aveiro, 1991.

_____. Antônio. **Relação escola-sociedade**: “novas propostas para um velho problema”. In: SERBINO, Raquel V. et al. (Org). **Formação de Professores**. São Paulo: Editora. da UNESP, 1998.

PAIVA, Vanilda. **Desmistificação das profissões: quando as competências reais moldam as formas de inserção no mundo do trabalho, Contemporaneidade e Educação**. Rio de Janeiro, V2, 1997.

PROJETO, **Político Pedagógico. Centro de Educação Profissional Sebastião de Siqueira**. Goiânia. 2008.

RAMOS, Marise. **Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado**. In: GAUDÊNCIO Frigotto, (orgs.). **Ensino médio integrado: concepções e contradições** / São Paulo: Cortez, 2005.

SAVIANI, Dermeval. **O choque teórico da politecnicidade**. In: Sobre a concepção de politecnicidade. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?> Acesso em 30 julho. 2009.

_____, Dermeval. **A nova lei da educação: LDB, trajetória, limites e perspectiva.** Campinas: Autores Associados, 1997.

SHIROMA, Eneida Oto; CAMPOS, Roselane Fátima. **Qualificação e Reestruturação produtiva: um balanço das pesquisas em educação.** In.: Educação & Sociedade, v. 18, n. 61, s.p., Campinas, dez. 1997. Disponível em www.scielo.br

_____. Eneida Oto, Campos, Roselane Fátima. **Concepção de Educação e Trabalho,** o trabalho como princípio educativo, a relação trabalho-educação e o papel social, político e cultural da escola, in MACHADO, 1997.

TOSCHI. Mirza Seabra, p. 271, 272. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização** – São Paulo: Cortez, 2003. – (Coleção Docência em Formação / coordenação Antônio Joaquim Severiano, Selma Garrido Pimenta).

VEIGA, I. P. Caminhos da profissionalização do magistério. Campinas: Papelivros, 1998.

VENTURA, Jaqueline P. Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores no Brasil: revendo alguns marcos históricos, 1997. <http://www.uff.br/ejtrabalhdores/artigo-01.htm>. Acesso em: ago. de 2007.



ANEXOS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS/FE
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL INTEGRADA A EDUCAÇÃO
BÁSICA NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

ANEXO I

Questionário elaborado e aplicado na coleta de dados

QUESTIONÁRIO PARA COLETA DE DADOS DOS ALUNOS EGRESSOS DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM PROEJA-CEFET/MG/2006/2007 CEFET/UFG /2007/2009

ROTEIRO PARA QUESTIONÁRIO – Centro Federal de educação Tecnológica de Goiás

Sr (a) Professor (a),

O objetivo desse questionário é verificar **a importância da formação como processo de capacitação para os profissionais da educação da rede pública de ensino para atuar com o docente na nova modalidade de ensino – Proeja**. E ainda, compreender **a relevância dessa mesma formação como processo constante de capacitação para os profissionais da educação, seja da esfera federal, estadual, ou municipal**.

Para atingir os objetivos propostos necessito da sua colaboração, respondendo às perguntas, abaixo de forma objetiva e sincera.

Desde já, agradeço, a sua participação.

Goiânia, março 2009.

Maria Aparecida Martim Pereira

Dados Pessoais:

Entrevistado (a): _____

Ano e semestre do ingresso na especialização: _____

Ano de conclusão da especialização: _____

Endereço para correspondência: _____

Rua: _____ Qd: _____ Lt.: _____

_____ Nº: _____ Complemento: _____ Bairro: _____

CEP: _____ Telefone residencial: () _____ Celular: () _____

e-mail: _____

Idade: _____

Sexo: () masculino () feminino

Estado civil: Solteiro () Casado () Divorciado () Viúvo ()

Questões:

1 – O que você entende por formação continuada e qual a importância dela para o processo pedagógico?

2 – Você optou pela Especialização em Proeja porque ministrou ou ministra aulas para alunos da Educação de Jovens e Adultos?

3 – Qual a sua afinidade com a modalidade de Educação de Jovens e Adultos?

4 – Como você ficou sabendo da Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja, e quais foram os trâmites, para seu ingresso no curso?

5 – Quais foram suas expectativas em relação à Especialização em Proeja ofertada pelo CEFET, elas foram correspondidas?

6 – Como você define o Proeja?

7 – A partir das experiências vivenciadas na Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja. Em sua opinião, quanto à estruturação do curso e da grade curricular da referida especialização esteve condizente com a realidade proposta? O que deveria mudar?

–

8 – Nós profissionais da educação da rede pública de ensino temos que superar constantemente os desafios provocados pelas mudanças tecnológicas no sistema produtivo. Diante disso, qual a importância da Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja, ofertada pelo CEFET, na preparação dos professores para atuarem no campo da educação de jovens e Adultos - PROEJA?

9 – Você acredita que a modalidade de educação - Proeja é importante para a formação integral e integrada do aluno, e quais seriam as contribuições dessa nova realidade?

10 – Considerando o quadro de profissionais da educação da rede pública de ensino, da esfera federal, estadual e municipal, poucos têm conhecimento dessa nova proposta de modalidade em Proeja. Diante dessa realidade, você considera que seria importante uma formação continuada permanente que possa oportunizar a esses profissionais a preparação para lidar com o Proeja?

11 – Durante a sua participação no curso de Especialização como você avalia o cronograma de atividade desenvolvido nas disciplinas propostas? O que poderia ser mudado para atender de forma compatível a realidade do cursista, sem com tudo, prejudicar o currículo proposto pelas instituições proponentes?

12 – Você considera que houve coerência entre a teoria e prática dos profissionais envolvidos na realização da Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja?

_____13 – Enquanto aluna da segunda turma da especialização, houve uma disciplina muito interessante que tratou diretamente da diferenciação entre avaliação e exame, oportunizando-nos compreender melhor o universo da metodologia de avaliação. Você teve essa mesma experiência, durante sua especialização sentiu que foi examinado, ou avaliado, ela foi relevante? Houve mudança em sua prática em relação à avaliação?

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS/FE
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL INTEGRADA A EDUCAÇÃO
BÁSICA NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

ANEXO II

Questionários com as respostas obtidas dos participantes

QUESTIONÁRIO PARA COLETA DE DADOS DOS ALUNOS EGRESSOS DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM PROEJA-CEFET/MG/2006/2007 CEFET/UFG /2007/2009

ROTEIRO PARA QUESTIONÁRIO – Centro Federal de educação Tecnológica de
Goiás

Sr (a) Professor (a),

O objetivo desse questionário é verificar **a importância da formação como processo de capacitação para os profissionais da educação da rede pública de ensino para atuar com o docente na nova modalidade de ensino – Proeja.** E ainda, compreender **a relevância dessa mesma formação como processo constante de capacitação para os profissionais da educação, seja da esfera federal, estadual, ou municipal.**

Para atingir os objetivos propostos necessito da sua colaboração, respondendo às perguntas, abaixo de forma objetiva e sincera.

Desde já, agradeço, a sua participação.

Goiânia, março 2009.

Maria Aparecida Martim Pereira

Dados pessoais: O Grupo “A” é referente à primeira turma

Entrevistada: Grupo A

Data de ingresso na especialização: outubro de 2006

Conclusão: Março /2008

Faixa etária: 30 a 50

Sexo: feminino

Estado civil: solteira

Endereço para correspondência: Rua: T Qd: 120 Lt.: 5/7 N^o: 935 Complemento: Apt. 502, **Bairro:** Bueno, Goiânia – GO CEP: 74230-040

Questões:

1 - O que você entende por formação continuada e qual a importância dela para o processo pedagógico?

Formação Continuada é um processo de aperfeiçoamento na área em que atua, é indispensável para o exercício da profissão e é importante também por fornecer os meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

2 - Você optou pela Especialização em Proeja porque ministrou ou ministra aulas para alunos da Educação de Jovens e Adultos? Explique.

Optei pelo PROEJA por simpatizar com o público da EJA.

3 - Qual a sua afinidade com a modalidade de Educação de Jovens e Adultos?

A Educação de Jovens e Adultos traz consigo desafios políticos e pedagógicos, entre eles, como construir um Currículo Integrado considerando as especificidades do público da EJA.

4 - Como você ficou sabendo da Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja, e quais foram os trâmites, para seu ingresso no curso?

Através de um sorteio que teve no Cepss.

5 - Quais foram suas expectativas em relação à Especialização em Proeja ofertada pelo CEFET, elas foram correspondidas?

Não

6 - Como você define o PROEJA?

Um processo formativo escolar para jovens e adultos com trajetórias escolares descontínuas, apresentando-se como uma possibilidade de formação integral desse jovem, adulto/trabalhador.

7 - A partir das experiências vivenciadas na Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, em sua opinião, quanto à estruturação do curso e da grade curricular da referida especialização, ela esteve condizente com a realidade proposta? O que deveria manter e o que deveria mudar?

Respeitar as diversidades históricas, econômicas e socioculturais, bem como a diversidade dos saberes produzidos em diferentes espaços sociais, desmontando pela integração escolarização, dita como educação Profissional Técnica de Nível Médio e Educação de Jovens e Adultos, a concepção mercadológica da educação profissional, atentando-se para a formação integral do sujeito.

8 - Nós, profissionais da educação da rede pública de ensino, temos que superar constantemente os desafios provocados pelas mudanças tecnológicas no sistema produtivo. Diante disso, qual a importância da Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja, ofertada pelo CEFET, na preparação dos professores para atuarem no campo da Educação de Jovens e Adultos - PROEJA?

A qualificação dos profissionais da rede pública é importante para que haja a necessidade da vinculação entre a teoria e a prática, e, ainda destacar a importância dessa modalidade de Ensino como mais um espaço de apropriação das classes populares a um ensino de qualidade.

9 - Você acredita que a modalidade de educação - Proeja é importante para a formação integral e integrada do aluno, e quais seriam as contribuições dessa nova modalidade?

Oportunizar a reincorporação, ao sistema educacional, de muitos brasileiros, buscando um país mais justo e uma sociedade mais igualitária.

10 – Considerando o quadro de profissionais da educação da rede pública de ensino, da esfera federal, estadual e municipal, poucos têm conhecimento dessa nova proposta de modalidade em Proeja. Diante dessa realidade, você considera que seria importante uma formação continuada permanente que possa oportunizar a esses profissionais a preparação para lidar com o Proeja? Por quê?

Sim. Seria interessante a preparação dos profissionais para saber lidar com a diversidade dos alunos da EJA.

11 - Durante a sua participação no curso de Especialização como você avalia o cronograma de atividades desenvolvido nas disciplinas propostas? O que poderia ser mudado para atender a realidade do cursista, sem, contudo, prejudicar o currículo proposto pelas instituições proponentes?

Faltou uma integração entre o coordenador do curso e os professores/ alunos.

12 - Você considera que houve coerência entre a teoria e a prática dos profissionais envolvidos na realização da Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA?

Não.

13 - Enquanto aluna da segunda turma da especialização, houve uma disciplina muito interessante que tratou diretamente da diferenciação entre avaliação e exame, oportunizando-nos compreender melhor o universo da metodologia de avaliação. Você teve essa mesma experiência, durante sua especialização sentiu que foi examinado, ou avaliado, ela foi relevante? Houve mudança em sua prática em relação à avaliação?

Sendo participante da primeira turma, nós não tivemos essa disciplina, e durante a especialização senti que nós fomos examinados e não avaliados.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS/FE
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL INTEGRADA A EDUCAÇÃO
BÁSICA NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

QUESTIONÁRIO ELABORADO E APLICADO NA COLETA DE DADOS

QUESTIONÁRIO PARA COLETA DE DADOS DOS ALUNOS EGRESSOS DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM PROEJA-CEFET/MG/2006/2007 CEFET/UFG /2007/2009

ROTEIRO PARA QUESTIONÁRIO – Centro Federal de educação Tecnológica de Goiás

Sr (a) Professor (a),

O objetivo desse questionário é verificar **a importância da formação como processo de capacitação para os profissionais da educação da rede pública de ensino para atuar com o docente na nova modalidade de ensino – Proeja.** E ainda, compreender a

relevância dessa mesma formação como processo constante de capacitação para os profissionais da educação, seja da esfera federal, estadual, ou municipal.

Para atingir os objetivos propostos necessito da sua colaboração, respondendo às perguntas, abaixo de forma objetiva e sincera.

Desde já, agradeço, a sua participação.

Goiânia, março 2009.

Maria Aparecida Martim Pereira

Dados pessoais: Grupo “A” é referente à primeira turma

Entrevistada: A

Data de ingresso na especialização: outubro de 2006

Conclusão: Março /2008

Faixa etária: 30 a 40

Sexo: feminino

Estado civil: casada

**Endereço para correspondência: Rua: 1111 -A, Qd. 00007, Lt. 000012, Setor Garavelo –
Aparecida de Goiânia**

Questões:

1 – O que você entende por formação continuada e qual a importância dela para o processo pedagógico?

Aperfeiçoar-se continuamente sua competência docente educativa

2 – Você optou pela Especialização em Proeja porque ministrou ou ministra aulas para alunos da Educação de Jovens e Adultos? Explique.

Não. O governo do estado de Goiás distribuiu algumas vagas e eu fui contemplada com uma vaga em minha escola, a qual não se trabalhava com Proeja mas após o término do meu curso começamos a implantar curso de educação de jovens e adultos na cidade de Palmeiras de Goiás.

3 – Qual a sua afinidade com a modalidade de Educação de Jovens e Adultos?

Sempre gostei de trabalhar com educação profissional por acreditar nessa modalidade, acredito que a Ed. Profissional abre horizontes na vida do trabalho que por algum motivo não teve condições de ingressar em uma universidade.

4 – Como você ficou sabendo da Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja, e quais foram os trâmites, para seu ingresso no curso?

Fui contemplada com uma vaga na escola em que trabalho.

5 - Quais foram suas expectativas em relação à Especialização em Proeja ofertada pelo CEFET, elas foram correspondidas?

Como foi a turma piloto em Goiás, achei de grande valia e tivemos professores muitos bons e qualificados que nos passaram grandes informações no decorrer do curso.

6 - Como você define o PROEJA?

Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade da Educação de Jovens e Adultos que viabilize a integração entre a formação geral – ensino fundamental e/ou ensino médio com a formação profissional.

7 - A partir das experiências vivenciadas na Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, em sua opinião, quanto à estruturação do curso e da grade curricular da referida especialização, ela esteve condizente com a realidade proposta?

O que deveria manter e o que deveria mudar? Penso que a grade deveria ser voltada mais para a realidade no dia a dia e não focar tanto em teorias que muitas vezes não são possíveis de serem aplicadas para a nossa realidade de hoje.

8 - Nós, profissionais da educação da rede pública de ensino, temos que superar constantemente os desafios provocados pelas mudanças tecnológicas no sistema

produtivo. Diante disso, qual a importância da Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, ofertada pelo CEFET, na preparação dos professores para atuarem no campo da Educação de Jovens e Adultos - PROEJA?

Penso que a maior importância é contribuir na inserção do aluno no mundo do trabalho e de volta ao convívio com a sociedade.

9 - Você acredita que a modalidade de educação - PROEJA é importante para a formação integral e integrada do aluno, e quais seriam as contribuições dessa nova modalidade?

Acho esse programa bastante impetuoso e de grande responsabilidade, pois, trabalhar oferecendo aos alunos de EJA formação para inserção no mercado de trabalho através da integração desta modalidade com a E. P é uma tarefa de muita responsabilidade, tanto para escola como para o governo.

10 - Considerando o quadro de profissionais da educação da rede pública de ensino, da esfera federal, estadual e municipal, poucos têm conhecimento dessa nova proposta de modalidade em Proeja. Diante dessa realidade, você considera que seria importante uma formação continuada permanente que possa oportunizar a esses profissionais a preparação para lidar com o Proeja? Por quê?

Sim, com certeza. Porque não tem como o profissional se empenhar naquilo que ele desconhece.

11 - Durante a sua participação no curso de Especialização como você avalia o cronograma de atividades desenvolvido nas disciplinas propostas? O que poderia ser mudado para atender a realidade do cursista, sem, contudo, prejudicar o currículo proposto pelas instituições proponentes?

Bem, por ser a primeira turma acho que o conteúdo programático poderia ter sido mais focado para a prática e não somente a teoria, pois quando fui escrever o

trabalho final senti dificuldade de converter tudo isso para a realidade do programa, da escola e da região.

12 - Você considera que houve coerência entre a teoria e a prática dos profissionais envolvidos na realização da Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA?

Não, até porque participei da turma pioneira no estado de Goiás e acredito que temos muito que melhorar e aprender nessa modalidade.

13 - Enquanto aluna da segunda turma da especialização, houve uma disciplina muito interessante que tratou diretamente da diferenciação entre avaliação e exame, oportunizando-nos compreender melhor o universo da metodologia de avaliação. Você teve essa mesma experiência, durante sua especialização sentiu que foi examinado, ou avaliado, ela foi relevante? Houve mudança em sua prática em relação à avaliação?

Não, não tive essa disciplina com esse nome, mas com certeza fui avaliada a todo tempo no decorrer do curso. Sim, a gente se aprende o que não fazer e o que melhorar.
RSS

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS/FE
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL INTEGRADA A EDUCAÇÃO
BÁSICA NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

QUESTIONÁRIO ELABORADO E APLICADO NA COLETA DE DADOS

QUESTIONÁRIO PARA COLETA DE DADOS DOS ALUNOS EGRESSOS DO CURSO
DE ESPECIALIZAÇÃO EM PROEJA-CEFET/MG/2006/2007 CEFET/UFG /2007/2009

ROTEIRO PARA QUESTIONÁRIO – Centro Federal de educação Tecnológica de
Goiás

Sr (a) Professor (a),

O objetivo desse questionário é verificar **a importância da formação como processo de capacitação para os profissionais da educação da rede pública de ensino para atuar com o docente na nova modalidade de ensino – Proeja**. E ainda, compreender a relevância dessa mesma formação como processo constante de capacitação para os profissionais da educação, seja da esfera federal, estadual, ou municipal.

Para atingir os objetivos propostos necessito da sua colaboração, respondendo às perguntas, abaixo de forma objetiva e sincera.

Desde já, agradeço, a sua participação.

Goiânia, março 2009.

Maria Aparecida Martim Pereira

Dados pessoais: O Grupo “B” é referente à segunda turma

Entrevistado: B

Data de ingresso na especialização: segundo semestre de 2008

Conclusão: agosto/2009

Faixa etária: 30 a 40

Sexo: Masculino

Estado civil: solteiro

Endereço para correspondência: Rua: Machado de Assis Qd:, 00001 Lt.: 93, Nº: 0000, Complemento: 0000, Bairro: Anhanguera - CEP: 74335-100, Goiânia - GO

Questões:

1 - O que você entende por formação continuada e qual a importância dela para o processo pedagógico?

A formação continuada precisa estar constituída por atividades devidamente organizadas para viabilizar a construção, socialização e confronto de conhecimentos, de tal forma que os professores como cidadãos e como docentes possam avançar continuamente em seu caminho de desenvolvimento profissional e pessoal.

2 - Você optou pela Especialização em Proeja porque ministrou ou ministra aulas para alunos da Educação de Jovens e Adultos? Explique.

Eu já trabalho com jovens adultos desde 1994. Entretanto, eu adoro o que eu faço. A busca do resgate de pessoas que não tiveram a oportunidade de aprender no tempo certo e agora comigo agora estão. Mas a especialização sempre será uma oportunidade de alargar os conhecimentos e rever outros.

3 - Qual a sua afinidade com a modalidade de Educação de Jovens e Adultos?

Eu me identifico muito, pois adoro a minha profissão de educador. E me sinto muito bem transmitindo o que sei e apreendendo o que ensino. (CORA CORALINA).

4 - Como você ficou sabendo da Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja, e quais foram os trâmites, para seu ingresso no curso?

Eu fiquei sabendo através de amigos que me indicaram e depois, por intermédio do site da escola CEFET/GO. Para eu ingressar no curso eu preparei um currículo histórico, preenchi a ficha de inscrição e entreguei na escola.

5 - Quais foram suas expectativas em relação à Especialização em Proeja ofertada pelo CEFET, elas foram correspondidas?

De certa forma foi uma experiência muito boa. Mesmo passando por muitas dificuldades com alguns professores na entrega de alguns trabalhos que até pensei em desistir. Conclui que sei muito tenho muito a doar para a educação brasileira.

6 – Como você define o PROEJA?

Programa nacional de integração da educação profissional com a educação básica com o intuito de Incluir a população em suas ofertas educacionais tendo o trabalho como princípio educativo e não apenas uma formação profissional, mas uma formação para a vida também.

7 - A partir das experiências vivenciadas na Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, em sua opinião, quanto à estruturação do curso e da grade curricular da referida especialização, ela esteve condizente com a realidade proposta? O que deveria manter e o que deveria mudar?

Penso que sim!!! Principalmente por quem fez toda a proposta do curso. Mas pelo lado do aluno verifiquei que algumas aulas foram mais sacrificantes do que outras. E ainda com mais um agravante que foi o trabalho final do eixo 1. Trabalho esse que seria mais um TCC do um simples trabalho. Esse mesmo trabalho fez alguns colegas de sala desistir do curso. E que ainda se perpetuou até o mês de agosto. A disposição das disciplinas pode mudar que dará mais certo haja vista que os primeiros professores massacraram a turma. A grande maioria dos alunos trabalha os três turnos e não sobra quase nada para a especialização.

8 - Nós, profissionais da educação da rede pública de ensino, temos que superar constantemente os desafios provocados pelas mudanças tecnológicas no sistema produtivo. Diante disso, qual a importância da Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja, ofertada pelo CEFET, na preparação dos professores para atuarem no campo da Educação de Jovens e Adultos - PROEJA?

A especialização ajudou pouco, apenas para um aperfeiçoamento de conteúdos e estratégias para buscar outras condições. E diante da comunidade de docentes que temos é pequeno demais para o grande número de professores que nem tem acesso a

internet por falta de dinheiro. O grupo de estudantes dessa última turma, por exemplo, era composto por pessoas de nível sócio econômico alto.

9 - Você acredita que a modalidade de educação - Proeja é importante para a formação integral e integrada do aluno, e quais seriam as contribuições dessa nova modalidade?

É importante, principalmente pelo fato desses alunos serem mais velhos e não terem condições financeiras de bancar um curso em uma escola particular. Seria uma opção mais viável para essa classe de pessoas

10 - Considerando o quadro de profissionais da educação da rede pública de ensino, da esfera federal, estadual e municipal, poucos têm conhecimento dessa nova proposta de modalidade em Proeja. Diante dessa realidade, você considera que seria importante uma formação continuada permanente que possa oportunizar a esses profissionais a preparação para lidar com o Proeja? Por quê?

Sim! Porque daria mais chance deles se prepararem para tentar sanar os espaços em branco que por falta de oportunidade não fizeram outros cursos e preparação. Mas só isso não basta, deve-se manter uma equipe permanente para fazer um rodízio nas diversas regiões da cidade. Eu acredito que não funcionará, pois o governo nunca manterá uma equipe permanente para sanar os problemas da educação.

11 - Durante a sua participação no curso de Especialização como você avalia o cronograma de atividades desenvolvido nas disciplinas propostas? O que poderia ser mudado para atender a realidade do cursista, sem contudo, prejudicar o currículo proposto pelas instituições proponentes?

Bom! As primeiras foram boas, mas a maneira de avaliar foi ruim. E o prazo de entrega das atividades nos prejudicou. Alguns professores, também, deveriam ter nos ajudado mais...

12 - Você considera que houve coerência entre a teoria e a prática dos profissionais envolvidos na realização da Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA?

Não! Tanto é que nós alunos comentávamos muito a respeito da prática e teoria que poderiam ser mais justas conosco. Pois falavam uma coisa que deve ser feito assim, mas as suas práticas não condiziam com a tal teoria.

13 - Enquanto aluno (a) da segunda turma da especialização, houve uma disciplina muito interessante que tratou diretamente da diferenciação entre avaliação e exame, oportunizando-nos compreender melhor o universo da metodologia de avaliação. Você teve essa mesma experiência, durante sua especialização sentiu que foi examinado, ou avaliado, ela foi relevante? Houve mudança em sua prática em relação à avaliação?

Sim! Tive algumas disciplinas muito boas. A professora Mad'Ana, Miriam Fábria, Geovana Reis, M^a Emilia, Revalino, Jackeline e Tião.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS/FE
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL INTEGRADA A EDUCAÇÃO
BÁSICA NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

ENTREVISTA PARA COLETA DE DADOS DOS ALUNOS EGRESSOS DO CURSO
DE ESPECIALIZAÇÃO EM PROEJA-CEFET/MG/2006/2007 CEFET/UFG /2007/2009

ROTEIRO PARA QUESTIONÁRIO – Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás

Sr (a) Professor (a),

O objetivo desse questionário é verificar **a importância da formação como processo de capacitação para os profissionais da educação da rede pública de ensino para atuar com o docente na nova modalidade de ensino – Proeja.** E ainda, compreender **a relevância dessa mesma formação como processo constante de capacitação para os profissionais da educação, seja da esfera federal, estadual, ou municipal.**

Para atingir os objetivos propostos necessito da sua colaboração, respondendo às perguntas, anexas, de forma objetiva e sincera.

Desde já, agradeço, a sua participação.

Goiânia, março 2009.

Dados pessoais: O Grupo “B” é referente à segunda turma

Entrevistada: “B”

Data de ingresso na especialização: segundo semestre de 2007

Conclusão: agosto de 2009

Faixa etária: 30 a 50

Sexo: feminino

Estado civil: casada

Endereço para correspondência: Rua: 11119, Qd: 44442, Lt.: 55554, Nº:444412, Bairro: centro, CEP74030090 – Goiânia – GO.

Questões:

1 – O que você entende por formação continuada e qual a importância dela para o processo pedagógico?

Formação continuada trata-se do ensino voltado para a formação especialização dos educadores. Entendo que essa formação é de fundamental importância para o desenvolvimento do trabalho do educador, uma vez que, este estando melhor capacitado irá proporcionar melhor desempenho como ser, como educador e conseqüentemente o processo pedagógico terá docentes mais aptos para compreender e atuar com maior eficiência para o desenvolvimento do processo pedagógico.

2 – Você optou pela Especialização em Proeja porque ministrou ou ministra aulas para alunos da Educação de Jovens e Adultos?

Por que ministro aulas para Educação de Jovens e Adultos.

3 – Qual a sua afinidade com a modalidade de Educação de Jovens e Adultos?

Tive muitas dificuldades para conseguir me ingressar, na faculdade, devido o fator tempo e econômico, por isso sei o quanto é difícil. Quando iniciei meu trabalho na EJA eu e todos os outros educadores não conhecíamos bem essa nova modalidade, mas com o decorrer do nosso trabalho fomos buscando informações sobre a nova modalidade, e percebemos o quanto nosso trabalho se tornou valioso para esses educandos. Pude perceber o quanto a EJA é importante para o trabalhador jovem e adulto e também para o resgate social do nosso país, e também porque esta população

carente que necessita da EJA torna o nosso trabalho mais valorizado, durmo e me sinto mais realizada, sei que este dia entre tantos outros valeu a pena.

4 - Como você ficou sabendo da Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja, e quais foram os tramites, para seu ingresso no curso?

Fiquei sabendo por acaso, pois para a Escola que eu trabalho não chegou nenhum tipo de documento informando sobre o assunto. Quando estava saindo da Escola no período noturno, ouvi um colega comentando sobre o curso procurei como era, mas ele também ouviu falar não leu informativo sobre o assunto, só disse que era no CEFET e que o prazo era só até o dia seguinte, chegando em casa pesquisei pelo site do CEFET e no dia seguinte providenciei o necessário. Foi um dia de estresse pois quando consegui entregar a documentação que era uma lista extensa, já não dava mais tempo para conseguir toda a documentação, pois era 5:00 h, horário previsto para encerramento, porém entre tantos lamentos de professores que se encontravam na mesma situação, fui agraciada com uma prorrogação realizada pela Diretoria do CEFET, assim pude realizar minha trajetória até o presente momento.

5 - Quais foram suas expectativas em relação à Especialização em Proeja ofertada pelo CEFET, elas foram correspondidas?

Por estar consciente que o curso é uma experiência, uma novidade para todos, e que passará por várias mudanças na expectativa de atender esses educadores que precisam dessa especialização, posso afirmar que minhas expectativas foram atendidas, pois fomos contemplados com ótimo grupo de educadores que me deu ferramentas para perseguir, me sinto mais confiante, porém não quero parar, quero tentar em outros cursos pois a busca do conhecimento deve ser constante.

6 - Como você define o Proeja? Justifique

Defino o Proeja como uma nova chance para os trabalhadores jovens e adultos, uma forma dessas pessoas deixar apenas de sonhar, mas poder participar de uma integração social que também os levará a se tornarem aptos para conquistar melhor trabalho, melhor garantia de vida, lutar por uma sociedade igualitária, além de ser uma obrigação do Estado em garantir a educação para todos como resgate social.

7 - A partir das experiências vivenciadas na Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja. Em sua opinião, quanto à estruturação do curso e da grade curricular da referida especialização esteve condizente com a realidade proposta? O que deveria mudar?

Todo começo requer modificações. Quanto a grade curricular o conteúdo era muito rico em termos de conhecimento, porém muito extenso em relação ao tempo que nos era disponível. Este curso é direcionado a trabalhadores da educação, e entre estes somos trabalhadores com carga horária diferente dos outros trabalhadores, pois deixamos nosso local de trabalho mas levamos conosco outra etapa do nosso trabalho, é como se fosse dois por um, ou seja uma promoção onde o governo leva dois e paga um. Além disso, somos pai, mãe, esposa, educador e estudante por toda a vida. Por isso eu achei o tempo curto em relação às atividades do curso.

8 - Nós profissionais da educação da rede pública de ensino temos que superar constantemente os desafios provocados pelas mudanças tecnológicas no sistema produtivo. Diante disso, qual a importância da Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, ofertada pelo CEFET, na preparação dos professores para atuarem no campo da educação de jovens e Adultos - PROEJA?

É de grande importância os cursos de especialização para os professores, pois como já disse, o professor é um estudante por toda a vida, como um educador poderá capacitar um educando se ele não estiver apto para as inovações metodológicas e tecnológicas existente no mundo do trabalho, o educador também está inserido nessa necessidade de se capacitar ou especializar para o mundo do trabalho.

9 - Você acredita que a modalidade de educação - Proeja é importante para a formação integral e integrada do aluno, e quais seriam as contribuições dessa nova realidade? Por quê?

Sim, acredito que através do Proeja o aluno estará como ser quase que completo, pois quando se trata de conhecimento ninguém estará completo, porque este está inserido num mundo de transformações tecnológicas, que alteram também nosso modo de vida, nosso modo de pensar com a educação familiar, mudanças de comportamento, estratégias de sobrevivência, enfim, este aluno estará sujeito a uma infinidade de

transformações, e é justamente para este educando se integrar nesta sociedade que ele necessitará da educação do PROEJA, pois só através dessa modalidade de ensino é que o jovem e adulto de baixa renda conseguirá aprimorar seus conhecimentos que o libertaram da opressão da falta de conhecimento que acarreta sobre ele o pesado fardo do preconceito. Assim a educação tem o poder de libertar o homem capacitando-o intelectualmente, tornando este educando um ser pleno para ir em busca de suas conquistas, podendo competir no mundo do trabalho com mais qualificação, talvez não venha gozar de uma plena igualdade para competição do mercado, mas o Proeja dará a ele a chave para novas conquistas.

10 - Considerando o quadro de profissionais da educação da rede pública de ensino, da esfera federal, estadual e municipal, poucos têm conhecimento dessa nova proposta de modalidade em Proeja. Diante dessa realidade, você considera que seria importante uma formação continuada permanente que possa oportunizar a esses profissionais a preparação para lidar com o Proeja?

Sim, isso ajudaria os docentes na sua vida profissional. Mas a instituição que promove os cursos de especialização no Proeja, poderia também estender a oferta de curso para especialização de professores em outras áreas, como Libras, Braille e outras áreas que venha valorizar o desempenho de trabalho dos professores para educação inclusiva.

11 - Durante a sua participação no curso de Especialização como você avalia o cronograma de atividade desenvolvido nas disciplinas propostas?

Por se tratar de pessoas adultas e já comprometidas com a educação, mesmo que ainda estejamos aquém do conhecimento de nossos mestres, acho que os trabalhos deveriam ser realizados em grupo, dentro do período estipulado para as exposições das aulas, pois trabalhando em grupo e com auxílio do professor o nosso rendimento é bem mais proveitoso, ao passo que estas atividades realizadas individualmente e extra classe nos causa transtorno, pois nem sempre temos tempo suficiente para produzir os textos e refletir o necessário sobre o texto. Não digo que deva ser totalmente excluído a tarefa de produzir textos extra-classe e individualmente, mas que seja repensado esta questão, conciliá-la melhor de acordo com a realidade do curso.

12 - Você considera que houve coerência entre a teoria e prática dos profissionais envolvidos na realização da Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja?

Sim, acho que todos eles foram bastante profissionais, demonstraram capacitados para exercer a função que a eles foram designados.

13 - Enquanto aluna da segunda turma da especialização, houve uma disciplina muito interessante que tratou diretamente da diferenciação entre avaliação e exame, oportunizando-nos compreender melhor o universo da metodologia de avaliação. Você teve essa mesma experiência, durante sua especialização sentiu que foi examinado, ou avaliado, ela foi relevante? Houve mudança em sua prática em relação à avaliação?

Pela desenvoltura do curso pode-se observar que fui avaliada, uma vez que a proposta do curso era também em inovar nossos conhecimentos sobre a técnica da avaliação, isso também me ajudou a fazer uma inovação na minha prática para avaliação dos educados com qual eu convivo.